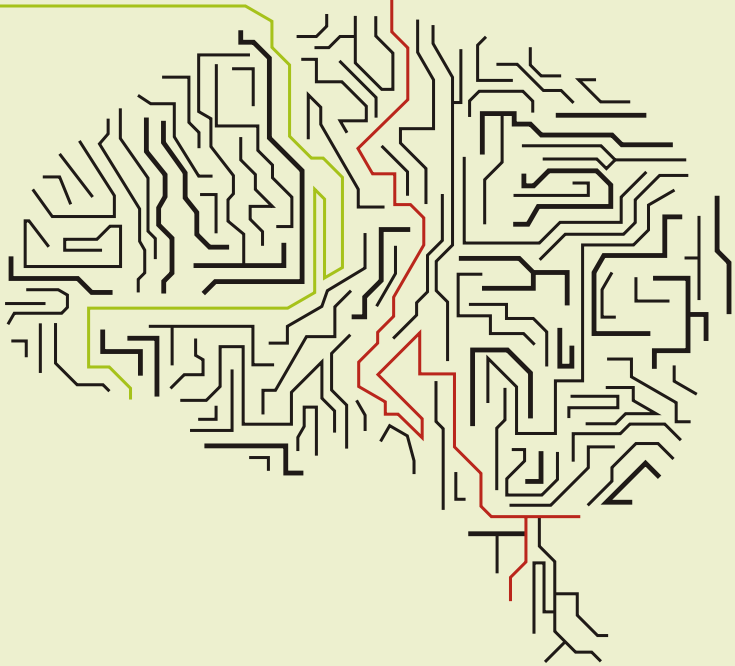
ANÁLISE ASSOCIATIVA



NÚMERO TEMÁTICO

DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO

N.º 1 · NOV 2014

CPCCRD

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ANÁLISE ASSOCIATIVA

NÚMERO TEMÁTICO

DEMOCRACIA E **ASSOCIATIVISMO**

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

FICHA**TÉCNICA**

ANÁLISE ASSOCIATIVA
2014 (N.º 1)
NÚMERO TEMÁTICO
"DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO"

DIRETOR:

SÉRGIO PRATAS

CONSELHO CIENTÍFICO:

AMÉRICO MENDES
Universidade Católica – Porto

ARTUR CRISTÓVÃO
UTAD

ARTUR MARTINS
GEMAP

CRISTINA PRATAS CRUZEIRO
Faculdade de Belas Artes/UL

JOANA PEREIRA
Investigadora

JOSÉ ORNELAS
ISPA

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS
ISCTE/IUL

JOSÉ ZALUAR BASÍLIO
Universidade Lusófona

LUÍS MORENO
Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território/UL

Edição e propriedade:
Confederação Portuguesa das Colectividades
de Cultura, Recreio e Desporto

Concepção gráfica e paginação: 4iD

Impressão: Jorge Fernandes, Lda.
Tiragem: 500 exemplares

ISSN 2183-413X – Análise Associativa

Depósito legal: 384231/14

Impressa em novembro de 2014

Todos os direitos reservados. Este livro não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, por qualquer processo mecânico, fotográfico, electrónico, ou por meio de gravação, nem ser introduzido numa base de dados, difundido ou de qualquer forma copiado para uso público ou privado - além do uso legal como breve citação em artigos e estudos - sem prévia autorização dos autores.

ÍNDICE

4 NOTA DE ABERTURA, *Augusto Flor*

8 EDITORIAL, *Sérgio Pratas*

16 **1.º TEMA – *"DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA"***

18 O ASSOCIATIVISMO POPULAR NA RESISTÊNCIA E NA DEMOCRACIA, *Modesto Navarro*

28 DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA, *Vasco Lourenço*

34 **2.º TEMA – *"ASSOCIATIVISMO, UMA ESCOLA DE DEMOCRACIA"***

36 ASSOCIATIVISMO, SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA, *José Manuel Leite Viegas*

52 40 ANOS DE DEMOCRACIA NA HISTÓRIA DE UMA ASSOCIAÇÃO POPULAR: CRACS (COLETIVIDADE RECREATIVA E DE AÇÃO CULTURAL DE SOUSELA), *Carla Cardoso*

70 **3.º TEMA – *"DEMOCRACIA, ASSOCIATIVISMO E CONSTITUIÇÃO"***

72 DEMOCRACIA, ASSOCIATIVISMO E CONSTITUIÇÃO (o ensinamento português), *Guilherme da Fonseca*

80 ASSOCIATIVISMO E CONSTITUIÇÃO, Maria João Paiva dos Santos

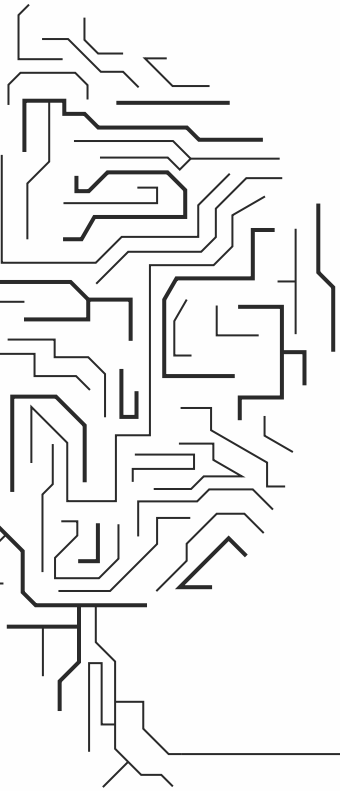
92 **4.º TEMA – *"O PODER LOCAL E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO"***

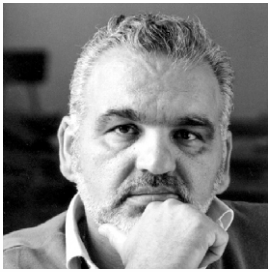
94 O PODER LOCAL E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO, *Manuel Moreira*

102 O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO, O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL, *Teresa Vicente*

110 RECENSÃO CRÍTICA, *Rui Pinheiro*

122 CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO





AUGUSTO FLOR

PRESIDENTE
DA DIRECÇÃO
DA CPCCRD

NOTADEABERTURA

REVISTA ANÁLISE ASSOCIATIVA
uma necessidade histórica

A Revista Análise Associativa, iniciativa e propriedade da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, tem por finalidade abrir uma nova perspectiva sobre este importante movimento social que são as Colectividades e Associações privadas sem fins lucrativos que se dedicam à cultura, recreio e desporto populares.

É sabido como este movimento tem crescido e desenvolvido ao longo dos tempos. Sabe-se que a primeira colectividade (banda filarmónica) terá surgido na primeira metade do século XVIII. Sabe-se como o advento da Iª República (1910) contribui para o seu desenvolvimento e o papel que as colectividades e associações, desempenharam no ensino básico do saber ler, escrever e contar. Sabe-se que foi nas colectividades que surgiram os mais conhecidos e prestigiados músicos, actores, cantores, desportistas. Sabe-se que as colectividades foram o alfobre de democratas e de dirigentes que lutaram pela democracia durante a ditadura e foram os primeiros a ocupar, legitimamente, os cargos públicos no regime democrático (1974). Sabe-se que muitos homens e mulheres de todas as idades e extratos sociais, assumiram ao longo dos últimos duzentos anos, cargos que os tornaram mais justos, cultos, solidários, fraternos, qualificados e reconhecidos entre os seus concidadãos como exemplos pelos valores que difundiam e praticavam.

Sabe-se que este movimento tem vivido e sobrevivido com imensas dificuldades onde a falta de recursos humanos, técnicos, logísticos e financeiros são o mais frequente. Sabe-se ainda que tem sido a capacidade de iniciativa e empreendedora dos seus dirigentes voluntários e benévolos, assente essencialmente na experiência e na transmissão dessa experiência de geração em geração que tem permitido chegarmos aos dias de hoje com mais de 30.000 colectividades e associações. Não obstante todo este esforço e dedicação serem pouco reconhecidos pelos poderes públicos, os dirigentes continuaram a sua acção e hoje são mais qualificados e capazes de enfrentar os velhos e novos desafios.

O Estado, à medida que o movimento associativo se foi organizando, estruturando e assumindo o seu natural papel de parceiro que exige respeito e dignidade, foi-se tornando mais exigente e, em muitos casos, persecutório. O grau de exigência do Estado não corresponde às condições que o movimento deveria ter por parte dos poderes públicos para desenvolver a sua actividade.

Estudos mais recentes como os realizados pela Confederação em cooperação com a Universidade Lusófona (2009) ou o ISPA (2013), bem como a publicação da Conta Satélite da Economia Social pelo INE (2013), demonstram a importância deste movimento enquanto objecto de estudo para os cientistas sociais, de empregabilidade para as gerações mais qualificadas e o seu potencial como elemento de transformação social dada a sua função essencialmente preventiva pela inclusão e coesão social que proporciona.

Consciente da importância do movimento associativo popular, a Confederação tem vindo a fazer o caminho de sensibilização dos

dirigentes, associativistas, poderes públicos e academias no sentido de uma maior relação entre a experiência (empirismo) e as ciências sociais.

Considerando esta nova perspectiva associativa, a Direcção da então Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, actual Confederação, iniciou em 2009 o estabelecimento de protocolos com várias Universidades/Faculdades (Lusófona, Letras de Lisboa, ISPA, ISLA e Católica-Porto). As várias experiências no terreno e os resultados de Conferências, Debates, Fóruns e Estudos, vieram confirmar que o caminho deveria ser consolidado com novos elementos.

No plano interno, a Confederação criou um Grupo de Estudos do Movimento Associativo Popular (GEMAP) - com plena autonomia dos órgãos da Confederação e assente numa composição de experientes Dirigentes Associativos - que tem por objectivo monitorizar o funcionamento e orientações associativas estratégicas, bem como elaborar estudos sobre aspectos pontuais que contribuam para uma mais correcta compreensão e acção.

A criação da Revista Análise Associativa, associada à constituição de um Conselho Científico de composição diversificada, altamente qualificada e com o distanciamento recomendado enquanto observador e estudioso do Movimento Associativo Popular, dão continuidade e consolidam o projecto.

A todos os que de alguma forma se empenharam e aceitaram fazer parte deste momento histórico do associativismo, trazendo uma nova perspectiva onde as ciências sociais se conjuguem com a experiência, os meus mais sinceros agradecimentos.

Nota: *Por desejo do autor este texto não se subordina ao novo acordo ortográfico.*

SÉRGIO PRATAS

DIRETOR

EDITORIAL

1 Na vida das organizações, como na nossa vida, há datas marcantes, fortes, históricas. Ora, o nascimento da *Análise Associativa* constitui um desses momentos fortes. Estamos perante um acontecimento histórico, marcante, para o movimento associativo português. Cumpre sublinhá-lo. E é assim, por duas ordens de razões:

a) Primeiro, porque a Análise Associativa contribuirá, a prazo, para uma maior visibilidade do movimento associativo dito "de integração social"[1].

As associações "de integração social" desempenham atualmente um papel fundamental e insubstituível na sociedade portuguesa – basta olhar para o número de associações existentes.

Não obstante, e salvo raríssimas exceções, continuam a ter uma fraca visibilidade. Para além disso, pouco contribuem para o debate na esfera pública.

É isso que se pretende mudar. É isso que vai mudar com a Análise Associativa.

b) Em segundo lugar, porque a Análise Associativa será o motor da produção (e divulgação) de conhecimento novo sobre o movimento associativo "de integração social".

O conhecimento científico sobre este tipo de associações é, hoje, ainda insipiente, pouco significativo. Este é um facto

[1] Como muito bem sublinha José Manuel Leite Viegas, no artigo publicado nesta Revista, é possível distinguir três tipos ou categorias de associações, tendo em conta as funções que desempenham: as associações de "integração social" (associações de "solidariedade social e religiosas"; associações "desportivas, culturais e recreativas"; e associações "de pais e moradores"); as associações de "defesa de interesses de grupo" (sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas; associações empresariais ou financeiras); e "os novos movimentos sociais" (associações de defesa dos direitos de cidadania; associações de consumidores; associações ecologistas e ambientais; associações de defesa dos animais).

indesmentível. E o que existe está disperso e não é conhecido – continua fechado nas catacumbas das Universidades, acessível a muito poucos.

É essa situação que se pretende mudar. É isso que vai mudar.

Com a Análise Associativa o movimento associativo "de integração social" passará a ser estudado sistematicamente, por especialistas oriundos das mais variadas áreas. Para além disso, os estudos académicos passarão a ter um espaço próprio para serem divulgados. Pretende-se com isso combater os preconceitos (por exemplo, o da subsidiodependência, ou o da má gestão); e produzir conhecimento que permita ao movimento associativo fazer mais e melhor, ser mais eficaz e mais eficiente.

2 A *Análise Associativa* terá, assim, dois objetivos centrais, já (de algum modo) enunciados. Pretende-se contribuir para uma maior visibilidade do movimento associativo "de integração social" e do trabalho por este produzido, sobretudo em Portugal. Esse é um primeiro objetivo assumido. Pretende-se, em segundo lugar, contribuir para a produção e divulgação de conhecimento científico sobre as associações "de integração social".

Para além disso, pode acrescentar-se que o caminho a percorrer por esta jovem Revista, e que aqui se inicia, deverá assentar, todo ele, em determinados pilares, ou valores. Que valores? Fundamentalmente três valores: o da abertura, o da qualidade e o da universalidade/acessibilidade.

Teremos estudos de autores consagrados ao lado de estudos de jovens investigadores. Teremos estudos criados especificamente para a *Análise Associativa* ao lado de estudos produzidos noutro âmbito (por exemplo, trabalhos académicos). Teremos estudos oriundos dos mais variados quadrantes ideológicos e científicos. Queremos uma revista aberta à sociedade e às diferenças.

A essa forte abertura serão apenas colocados dois limites. A qualidade dos estudos publicados e a sua acessibilidade por todos aqueles que se interessem por esta temática.

Para garantir a qualidade foi constituído um Conselho Científico, com reputados professores universitários e outros especialistas. São claramente os melhores especialistas a nível nacional. Entendemos que só assim, garantido a qualidade, rigor e objetividade dos estudos publicados, será possível alcançar os objetivos propostos. Contamos com o trabalho desses especialistas, a quem desde já muito agradecemos a disponibilidade demonstrada.

Qualidade não poderá, no entanto, ser sinal de inacessibilidade (ou erudição rebuscada). A *Análise Associativa* não será uma revista só para académicos ou especialistas. Pretende-se que tenha um público-alvo alargado, vasto, que integre todos aqueles que, por alguma razão, tenham curiosidade ou queiram saber mais sobre estes temas. Académicos e não académicos. Estudantes. Dirigentes associativos. Simples curiosos.

3 A *Análise Associativa* será anual e assumirá um de dois modelos possíveis. Ou o modelo tipo, com uma estrutura pré-definida; ou um número temático, com uma estrutura específica (e definida caso a caso).

O modelo tipo – ou regular – terá por base uma estrutura fixa, assente em cinco secções fundamentais:

a) Editorial
b) Tema em destaque
c) Grande entrevista/Grande reportagem
d) Estudos universitários
e) Legislação e jurisprudência

Tema em destaque. Na versão modelo tipo, a *Análise Associativa* terá sempre um tema em evidência. Em face da realidade associativa, será em cada ano definido um tema a destacar. Serão então convidados alguns autores a apresentar trabalhos sobre o tema escolhido. Para além desses, qualquer interessado poderá submeter para publicação estudos da sua autoria, que versem sobre a temática em causa.

Aproveita-se para anunciar, desde já, o tema em destaque para a *Análise Associativa* de 2015, a publicar em novembro de 2015: O ASSOCIATIVISMO E O ESTADO SOCIAL.

Grande entrevista/Grande reportagem. A *Analise Associativa* integrará, também, na versão tipo, ou uma grande entrevista – a um académico, a um dirigente associativo, a um político, etc. –, ou uma grande reportagem – sobre uma associação, uma atividade associativa, um acontecimento, etc.

Estudos universitários. Pretende-se igualmente publicar, em cada Revista, um conjunto de artigos referentes a trabalhos académicos, apresentados e defendidos no ano anterior. Trabalhos produzidos no âmbito das licenciaturas, mestrados ou doutoramentos. Pretende-se dessa forma dar a conhecer o que de mais importante se vai produzindo, ao longo do ano, na academia, referente ao associativismo.

Legislação e jurisprudência. A *Análise Associativa* integrará, ainda, um bloco sobre legislação e jurisprudência. A ideia é dar a conhecer, em cada ano, o que de mais importante tenha sido publicado ou produzido a esse nível. É normal que os dirigentes associativos não consigam acompanhar atentamente todas as alterações legais e as mais importantes decisões ou contendas jurisprudenciais. Pretende-se sistematizar essa informação, todos os anos, tornando-a acessível a qualquer interessado.

4 Este primeiro número da "Análise Associativa" será um número temático. Será dedicado ao tema "Democracia e Associativismo".

No dia 5 de abril de 2014 realizou-se, em Loures, um Congresso da maior importância para o movimento associativo. O Congresso "Democracia e Associativismo", organizado em parceria pela Câmara Municipal de Loures e pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD). Face à importância da temática (e à qualidade do debate), entendeu-se que o Congresso não podia ficar por ali, restrito apenas aos participantes. Desde cedo ficou claro que importaria haver um registo dos trabalhos, uma publicação, para memória futura; e para que muitos outros pudessem ter acesso à reflexão então produzida. E é aqui que surge a *Análise Associativa*; e este número temático.

Colocaram-se entretanto, em apreciação, dois modelos possíveis para este número temático. Ou transcrever todas as intervenções, bem como o conteúdo da discussão. Ou publicar as intervenções – transformadas em artigo, caso assim entendessem os autores –, juntamente com uma recensão crítica. Face ao cariz científico da *Análise Associativa*, optou-se pelo segundo modelo. E é esse o trabalho que aqui hoje se apresenta.

Para um melhor enquadramento dos trabalhos apresentadas e dos blocos temáticos, transcreve-se parte da intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures, Dr. Paulo Piteira, apresentada no início do Congresso, e que define os respetivos objetivos:

> *"(...)*
> *Vivemos hoje numa espécie de «Era da crise». Fala-se em crise do Estado social, de crise do Estado nação, de crise económica e financeira, de crise da democracia. E podia continuar...*
> *Ora, o presente Congresso, que surge inserido nas comemorações*

dos 40 anos do 25 de Abril, visa precisamente promover a reflexão sobre estas «crises» e muito em particular sobre a alegada «crise da democracia».
Será que existe mesmo uma «crise da democracia»?
Quais são os sintomas dessa crise?
E quais têm sido as reformas empreendidas nos últimos anos, com vista a fortalecer a nossa democracia?

Pretende-se contribuir para o debate, para a reflexão e para a identificação de soluções, ou caminhos a trilhar.

Pretende-se igualmente refletir sobre o papel do Associativismo no aprofundamento e na reforma da nossa democracia.
Qual tem sido o papel das Associações no funcionamento da nossa democracia?
Qual é o papel que a nossa Constituição lhes atribui?
Que papel podem vir a desempenhar no futuro e quais os benefícios da existência de um movimento associativo forte e ativo?

São estes os principais objetivos deste Congresso, que tem a particularidade de promover a reflexão sobre esta temática num quadro alargado e com a presença de individualidades vindas de vários quadrantes da nossa sociedade. Dirigentes associativos, académicos, autarcas, etc.
Não se pretende, com este Congresso, criar um espaço para a simples transmissão de conhecimentos. Para o debitar académico de ideias e reflexões pessoais.
Pretende-se antes, com o contributo de todos, contribuir para a construção desse conhecimento.
(...)".

5 Como referido, para além da publicação das intervenções do Congresso, foi convidada uma personalidade a apresentar uma recensão crítica sobre a discussão realizada. Neste quadro, não faz sentido aqui apresentar, agora, os textos publicados – que serão percorridos, atentamente, nesse texto crítico. Também não se justifica, assim, neste espaço, comentar ou apresentar quaisquer outras reflexões sobre o tema.

Resta, pois, deixar aqui uma palavra de reconhecimento a todos os que participaram na organização do Congresso – e que foram fundamentais para o seu sucesso. E não posso deixar de referir aqui, em especial, os meus colegas de Direção Ema Borrego e Fernando Vaz, pelo seu valioso contributo. Uma segunda palavra, para agradecer aos oradores que, em tempo, fizeram chegar os artigos referentes às suas intervenções; e ao Rui Pinheiro, pela excelente recensão crítica.

Uma última palavra para agradecer a confiança que a CPCCRD em mim depositou, ao entregar-me a direção da *Análise Associativa*. Tenho a noção plena da enorme responsabilidade que representa e das minhas evidentes limitações. Não obstante, sei que é nestes momentos que nos conseguimos superar; e é com isso que conto. Conto igualmente com uma forte determinação e com o apoio de todos os que, de alguma forma, me acompanham neste projeto. Juntos, faremos da *Análise Associativa* um referência!

MESA DO 1.º PAINEL

VASCO LOURENÇO,
SÉRGIO PRATAS (MODERADOR)
E MODESTO NAVARRO.

Tema 1

“DEMOCRATIZAR A **DEMOCRACIA**”

INtErvenção

MODESTO NAVARRO

ESCRITOR

CONGRESSO
“DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO”

O ASSOCIATIVISMO POPULAR NA RESISTÊNCIA E NA DEMOCRACIA

O acesso à cultura e ao conhecimento, à liberdade de expressão e de reunião e a conquista da democracia foram objetivos claros da intelectualidade portuguesa que fez opção pela mudança da situação política e das mentalidades, colocando-se ao lado da classe operária, dos trabalhadores e das populações mais desfavorecidas.

Antes da revolução de 25 de Abril de 1974, Ferreira de Castro, Assis Esperança, Aquilino Ribeiro, entre outros, e, desde muito jovem, Bento Jesus Caraça, acompanhados pelo aparecimento e a intervenção de intelectuais como Álvaro Cunhal, António Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes, Manuel da Fonseca, José Gomes Ferreira, Óscar Lopes, Joaquim Namorado, Ruy Luís Gomes, Virgínia de Moura, Fernando Lopes Graça e Maria Lamas, abriram caminhos novos na esperança de uma outra vida, de justiça social, de crescimento e intervenção da classe operária e dos trabalhadores contra o fascismo e a exploração capitalista.

A atividade cultural, social e desportiva das coletividades, clubes e outras associações por todo país; as bandas de música, as bibliotecas populares, o teatro amador, a ação de intelectuais como Bento Jesus Caraça, na Biblioteca Cosmos e na Universidade Popular; a criação do Coro da Academia de Amadores de Música, dirigido por Fernando Lopes Graça; a intervenção de intelectuais em atividades promovidas pelos associados de tantas instituições populares, culturais e científicas que resistiam ao fascismo e criavam condições para o acesso mais amplo e fraterno à cultura, ao conhecimento e à intervenção libertadora e organizada das classes exploradas e oprimidas, foram realidades consecutivas durante décadas do fascismo, enfrentando a repressão, a censura, a proibição e apreensão de livros, discos e outras obras de arte, que eram e continuam a ser património inestimável e valioso de todos nós.

O aparecimento de grupos de teatro profissional e amador como o Teatro do Salitre, o TEUC, os Bonecreiros, A Comuna, o Grupo de Campolide, que surgiram nas universidades e nos bairros populares; o movimento cooperativo livreiro, a Devir, a Vis, a Proelium, na região de Lisboa, a Unicepe no Porto, outras cooperativas em Coimbra, cidades e regiões; a criação da Associação Portuguesa de Escritores, depois do encerramento e destruição, pela Pide e pela Legião, da Sociedade Portuguesa de Escritores, por ter atribuído em 1964 um prémio literário a Luandino Vieira; o papel importante da Sociedade Portuguesa de Autores, na organização e defesa de direitos dos criadores e artistas; a intervenção mais organizada e popular, a partir das "eleições" fascistas de 1969, com a CDE-Comissões Democráticas Eleitorais a continuarem ativas nos bairros, nas freguesias, nas coletividades e outras associações populares; a conquista de melhores condições no ensino e nas atividades dos professores e pedagogos, na formação de maior consciência e conhecimentos; os Congressos da Oposição Democrática; o Socorro Vermelho e depois a Comissão de Apoio aos Presos Políticos; todos os movimentos e ações de trabalhadores, intelectuais, classes e camadas populares; as lutas contra a guerra colonial e pela conquista de direitos ao trabalho e à liberdade; as greves e movimentações por melhores salários e condições de vida, contra a censura, pela democracia e pelo fim do fascismo foram criando as condições para o aparecimento do que veio a ser o Movimento das Forças Armadas e a realização extraordinária e decisiva do golpe militar libertador em 25 de Abril de 1974. Golpe militar desde logo acompanhado e desenvolvido pela ação das massas populares e das forças políticas e sociais organizadas, que realizaram, com os militares progressistas, em cada frente e nas ruas, nas

"Foi um sobressalto. Para mim, se um trabalhador fazia aquilo, **uns versos, então nós podíamos fazer cultura e criar outra vida."**

empresas e por todo o país, a Revolução de 25 de Abril que se prolongou e aprofundou no derrube das estruturas fascistas, na criação do poder local democrático, na democratização de outras áreas e instituições.

As campanhas de alfabetização levadas a cabo por estudantes de universidades portuguesas, em vastas regiões do país, logo em 1974; as campanhas de dinamização cultural e ação cívica criadas e realizadas por militares do MFA, intelectuais, trabalhadores e outros civis, nomeadamente em regiões mais difíceis e onde o caciquismo e a ignorância eram armas dos mais ricos e exploradores e da igreja reacionária; o aparecimento e a eleição de comissões de moradores e de trabalhadores, de novas coletividades e associações em bairros, aldeias, vilas e cidades; a eleição de comissões administrativas democráticas para as câmaras municipais e juntas de freguesia, colocando o poder local ao serviço das populações, do desenvolvimento económico e social, da cultura, do desporto e do ensino; a criação de creches, jardins-de-infância e novas escolas de 1º ciclo, de escolas preparatórias e secundárias nos concelhos do país; o acesso à intervenção organizada e popular por direitos e aspirações milenares e à condução dos próprios destinos; a transformação da SEIT (Secretaria de Estado de Informação e Turismo – antigo SNI) em Secretaria de Estado da Cultura, que ajudou à descentralização e ao apoio cultural nas regiões, ao teatro amador e profissional, às bandas e escolas de música, às artes plásticas, ao cinema e a todas as expressões que se materializaram também na rede de Centros Culturais Regionais, no ascenso e atividades das coletividades culturais e associativas, num rejuvenescimento e inovação nunca vistos; a criação do FAOJ-Fundo de Apoio às Organizações Juvenis, com apoio a estruturas e jovens interventivos em defesa e expressão de direitos, ambições e sonhos próprios; o aparecimento da Direção-Geral de Desportos, vocacionada para o desenvolvimento da atividade desportiva organizada em todo o país e para a construção de estruturas e equipamentos necessários à prática popular e desportiva; a afirmação das identidades culturais regionais e locais, a defesa do património cultural material e imaterial por

associações específicas que foram criadas nas regiões e apoiadas pelas autarquias e por estruturas centrais da SEC; a formação de quadros de animação cultural e dirigentes associativos; a dimensão mais global e cultural do desenvolvimento social, educativo e associativo, o acesso generalizado dos trabalhadores e das populações à fruição e criação em diversas áreas da arte, da cultura e da ciência foram realidades que acompanharam o ascenso da revolução e, depois, os combates e a resistência contra a destruição do 25 de Abril, da democracia e da Constituição da República Portuguesa, enfrentando um processo reacionário que teve expressão muito perigosa no golpe de 25 de Novembro de 1975, contra as nacionalizações de setores fundamentais da nossa democracia e independência nacional, contra a Reforma Agrária nos campos do Alentejo e do Ribatejo, contra a descolonização e a efetiva independência dos países e povos das ex-colónias, contra as liberdades e a organização política e social dos trabalhadores e do povo.

Aí começaram também os ataques ao desenvolvimento económico, social, cultural e político do povo português; a liberdade de expressão e de reunião atingidas, a censura nos meios de comunicação social, o controlo de jornais, rádios e televisão, a reconstrução dos grupos económicos do fascismo e a construção de outros potentados financeiros desde o 1º governo de Mário Soares, as limitações ao apoio cultural, associativo e desportivo pelas estruturas democráticas a nível central foram sendo realidades duras acrescentadas ano após ano, governo após governo, desde os governos do PS e Mário Soares aos de Cavaco Silva e PSD, secundados por outros governos com ou sem o CDS-PP. Governos que envolveram o país na integração europeia perigosa para a nossa independência livre e soberana, na moeda única suicidária e no endividamento brutal a que nos conduziram, na cobertura ao aparelho especulativo bancário e financeiro interno e externo, cavando esta situação profunda e grave de destruição generalizada de avanços e conquistas civilizacionais e de roubo de salários, reformas, pensões e outros direitos e condições para termos trabalho, liberdade, saúde, ensino, cultura e uma vida digna e afirmativa que engrandecem e transformam cada ser humano e o país no sentido de mais felicidade e conhecimento, de realização pessoal e coletiva de forma integrada e libertadora.

A mercantilização da cultura à escala mundial; o controlo ideológico nos grandes meios de comunicação social; a destruição de estruturas centrais e regionais da SEC, entre outras, geradoras de apoios e responsabilidades; o ataque à cultura, as dificuldades de sobrevivência dos artistas e criadores, o

desaparecimento de orquestras, grupos de teatro e outras expressões culturais profissionais e amadoras; o pagamento generoso do capitalismo dominante a "intelectuais" servis, atentos e obrigados, a comentadores de serviço encastelados nestes e naqueles órgãos de comunicação controlados e domesticados; esse silêncio e essa miséria enorme de alienação, mentiras, "modas" perversas, dificuldades, roubo de condições de realização pessoal e coletiva, têm sido enfrentados e combatidos pelos trabalhadores, pela intelectualidade progressista e pelo povo português, sempre na perspetiva afirmativa de que a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a Constituição da República Portuguesa são realidades vivas, aliadas e defendidas pela enorme experiência e saber dos trabalhadores, das classes e camadas organizadas e revolucionárias, que conduzirão à derrota dos inimigos e exploradores, dos que vivem e enriquecem à custa de quem trabalha e sofre.

Quem não luta, perde sempre. Quem luta, vai vencendo e construindo, nas derrotas e nas vitórias, esse mundo imenso de liberdade, de afirmação humana, de crescimento social, económico, cultural e político que conquistámos com o 25 de Abril, na revolução que fizemos e que continuaremos a defender e a construir, nas experiências e conquistas que realizámos e nas novas conquistas da revolução e do 25 de Abril que continuarão connosco e, sobretudo, na vida e na resistência dos jovens ativos que aí estão, a nosso lado e já à nossa frente, na abertura de novos caminhos de fraternidade, de direitos ao trabalho, à independência e soberania do nosso país e do nosso povo.

Companheiros e amigos

Queria, agora, falar-vos do associativismo tal como o aprendi. Na minha vila transmontana, a primeira vivência foi na pequena e inicial sede dos bombeiros voluntários; os homens à mesa, a jogar dominó e cartas, na noite escura e fria, davam um quadro diferente do que se passava nos cafés e nas tabernas. Algo os movia, os juntava ali, na ação fraterna e voluntária, depois do trabalho sem horários, na década de 1950/60.

Eram a generosidade, a amizade e a independência de governarem o próprio espaço de convívio. Mais tarde, a Casa do Povo também nos juntava, aos que não tinham dinheiro para estarem no café quando se tornou obrigatório o consumo. Ali vimos televisão pela primeira vez, em 1958, ali líamos o Jornal de

Notícias, ali ouvíamos na rádio os discos pedidos e, até, música clássica, que o contínuo tinha pertencido à banda de música já desaparecida nos anos cinquenta e gostava de nos despertar para outros sons mais exigentes e formativos.

Ali tomávamos banho com água fria, depois do atletismo e outras práticas; o desporto, o futebol, o ténis de mesa, entravam assim nas nossas vidas. Mas um homem, barbeiro empregado numa barbearia da praça, que viera de Bragança, falava-nos dos bailes, do teatro, das atividades de uma sociedade popular a que pertencera naquela cidade. Era outra vida, a união das pessoas, o convívio, a amizade, a cultura. E nós, boquiabertos, que só tínhamos aquilo da Casa do Povo e a televisão, íamos sonhando com outros mundos de crescimento humano.

A certa altura, no carnaval e na passagem do ano, começámos a ir a Mirandela, a uma Associação de Socorros Mútuos, e à sede dos bombeiros, em Moncorvo, onde faziam os bailes que não havia na nossa vila.

Coisas pequenas, mas que nos juntavam com outros trabalhadores das oficinas, dos campos, do comércio, das vilas e aldeias. Um dado importante no nosso horizonte aparentemente fechado, foi ter havido uma noite de convívio espontâneo, na escada de pedra de uma casa pobre, de um albardeiro, onde, de repente, na conversa, um pedreiro, o Miguel, disse umas quadras, um poema, da sua autoria.

Foi um sobressalto. Para mim, se um trabalhador fazia aquilo, uns versos, então nós podíamos fazer cultura e criar outra vida.

Ainda estava longe a vinda para Lisboa, para conhecer as coletividades e clubes da cidade, de Almada, de Vila Franca de Xira, de Sacavém e de tantos lados e terras da nossa existência. E, quando isso aconteceu, esse era o meu mundo, o meu sonho, de ver juntar pessoas, de unir esforços para termos o que não nos deixavam ter nos sítios fechados e controlados pelo fascismo e pela igreja atrasada.

Sim, o saber, a cultura, o conhecimento, a capacidade de intervir e de transformar a vida, tudo isso foi conquistado e é conquistado todos os dias por aqueles que não se deixam roubar e reduzir a simples e meros executores de ordens que os patrões e os donos do mundo nos querem impor. A resistência quotidiana que tantos de nós viveram, no tempo do fascismo, nas coletividades,

nas associações, nos clubes, onde nos juntávamos, onde líamos, fazíamos teatro, música, onde erguíamos bibliotecas e trazíamos mais gente à vida que era outra e solidária, essa resistência foi-se juntando a novas resistências e progressos dos mais pobres, dos explorados, dos que eram dignos e queriam ter outra existência.

Conseguimos fazer isso e muito mais. Não esquecerei a Academia Filarmónica Verdi, onde, em 1970, tirámos livros debaixo de uma escada, esquecidos há dezenas de anos, e fizemos uma biblioteca de oitocentos títulos, inaugurada por Ary dos Santos, Isabel da Nóbrega e Alexandre Cabral, numa sessão memorável, a sala cheia, os rostos abertos e felizes dos associados e habitantes daquela zona dos Sete Moinhos, do Casal Ventoso e de Campo de Ourique.

Uma semana depois, levávamos à cena uma peça de teatro sobre a guerra colonial; andámos a distribuir um documento a anunciar o espetáculo, alguém meteu um papel debaixo da porta da casa do subchefe da polícia da esquadra dos Terramotos e, às oito da noite, nesse sábado brutal e decisivo para a nossa consciencialização e revolta, uma brigada da Pide ocupou a coletividade, destruiu a biblioteca e obrigou a direção a expulsar a comissão cultural dos associados.

Depois, a vida continuou e organizámos iniciativas no Centro Social do Casal Ventoso, no Imparcial da Maria Pia, nas coletividades e associações e clubes de Lisboa, como acontecia por todo o país desde há tantos anos. Somos os animadores e iniciadores dos processos, aqueles que juntam pessoas, que abrem portas para outras vidas. Do associativismo saíram e saem grandes dirigentes sindicais e políticos, grandes músicos e atores; há gente que aprende coisas que nunca aprenderia e faria de outro modo, porque não teria posses para isso. Mas faz esses percursos das maneiras mais bonitas e transfiguradoras, crescendo e humanizando-se no convívio, na amizade, no encontro com os outros companheiros e companheiras da descoberta e da conquista do saber e da cultura.

Depois do 25 de Abril, houve a Secretaria de Estado da Cultura, o FAOJ, a Direção-Geral de Desportos, o poder local democrático, o ascenso enorme do movimento associativo popular. E conquistámos os direitos à cultura, à educação, ao desporto, a quotidianos criativos, diferentes e felizes. Mas, quando os inimigos dos trabalhadores, das populações mais pobres, puderam destruir instituições do poder central e criar dificuldades às câmaras municipais e outras estruturas, eles não perderam tempo e agiram para nos roubar direitos que eram perigosos para os

patrões de Cavaco Silva e de Mário Soares enquanto primeiros-ministros, de António Reis, Sottomayor Cardia, Coimbra Martins, Teresa Patrício Gouveia e Santana Lopes enquanto ministros e secretários de Estado da Educação e da Cultura.

Os nomes têm de ser dados aos iniciadores do retrocesso. Não se trata de mais nada a não ser ter memória e transparência.

Não esqueçamos que a primeira grande ofensiva contra a função pública começou na Secretaria de Estado da Cultura em 1991-1992. Santana Lopes queria despedir quinhentos trabalhadores nomeadamente da Direção-Geral de Ação Cultural, cujas linhas principais de trabalho eram a descentralização da cultura por todo o país, o apoio às estruturas associativas e populares, o desenvolvimento da rede de centros culturais regionais, o apoio ao teatro, às bandas e escolas de música, ao cinema, às artes plásticas, às atividades fundamentais para o crescimento humano e para a afirmação dos trabalhadores e das populações. Foi da ação da DGAC e dos pedidos de livros das coletividades e associações do país que saiu a necessidade da criação do Instituto Português do Livro.

Eles e outros não queriam e não querem que aprendamos, que criemos cultura e a possamos usufruir como um direito fundamental, ao lado de práticas desportivas não alienantes e libertadoras, ao lado da saúde, da educação, dos direitos ao emprego, ao salário e reforma dignos. Trata-se, claramente, de direitos de classe que eles querem só para eles, no obscurantismo e no retrocesso que espalham através da televisão da bola e da alienação, da destruição de escolas, hospitais e maternidades, da retirada de tribunais e estruturas que ainda dão alguma dinâmica à vida local, no interior do país e nas áreas metropolitanas.

Esvaziam, matam o que podem matar, num retrocesso aos anos do fascismo, da ignorância e da emigração analfabeta para a Europa. Emigração que, nos anos oitenta, com a integração europeia e o desastre anunciado, já foi de jovens com a formação secundária que resultou das escolas criadas com o 25 de Abril nos concelhos e que, agora, é de jovens com formação superior, conquistada à custa das famílias e dos impostos que pagamos.

Fazem lá fora o que podiam fazer neste país, se os poderosos e seu criados nos governos não existissem para isso mesmo, para dominar, para despedir, para

esvaziar, para atacar e tentar enfraquecer sindicatos, poder local interventivo e popular, partidos políticos e opções pessoais por uma vida diferente, em liberdade e com futuro a fazer e descobrir.

No fundo, estivemos e estamos confrontados com os mesmos problemas e ambições, quando somos associativistas e queremos unir as pessoas, dar novos rumos e conquistar direitos que nos retiraram e retiram. Somos a base de todo um trabalho que moveu e ganhou Bento de Jesus Caraça, Fernando Lopes Graça, Aniceto Sousa Monteiro, Óscar Lopes, Matilde Rosa Araújo, tantos e tantos homens e mulheres que se uniram aos seus companheiros e companheiras de jornada pela liberdade, pela democracia e pela vida, nas coletividades, nos sindicatos, onde a resistência e o combate forjaram novos operários da associação livre e da cultura.

Aqui estamos num município de Abril, nesta feliz união entre a Confederação de um mundo imenso de coletividades, clubes e associações tão diversas, e a Câmara e todo o Município de Loures, para juntar dirigentes, associativistas, gente que trabalha para honrar o passado, a memória e a história deste povo; para abrir novos caminhos de democratizar a democracia que não podemos deixar esvair, que temos de revitalizar e afirmar todos os dias, na prática concreta e não nas palavras que surgem sempre quando há eleições, para enganar de novo, para mentir, para fingir que são democratas enquanto negoceiam novos garrotes contra os trabalhadores e o povo.

Os mais desfavorecidos, os que trabalham e lutam onde podem e querem lutar, sabem o que fazer, como fazer, na liberdade de opção e de caminhos que escolhem. Estamos confrontados com situações terríveis de perda e de destruição deliberada de valores, mas iremos resistir e lutar para que este país continue independente e digno, com uma Constituição da República que seja o garante da democracia participada e popular, com um povo digno e interventivo que não deixará destruir o 25 de Abril.

Temos de transformar o que há para transformar, que a situação é grave e exige coragem e vontade de vencer.

Bom trabalho a todos e obrigado pela vossa atenção.
Viva o associativismo popular.
Viva o 25 de Abril.

INtErvenção

VASCO LOURENÇO

PRESIDENTE
DA ASSOCIAÇÃO
25 DE ABRIL

CONGRESSO
“DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO”

DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA

Bom dia a todas e a todos. Cumprimento todos, nomeadamente o Sr. Vice-Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Em primeiro lugar, quero manifestar a minha satisfação por estar a participar neste Congresso, onde procurarei dar uma ideia do que penso sobre o tema “Democratizar a Democracia”.

Eu considero que a democracia continua a ser o menos mau de todos os sistemas. Já o Churchill o defendia. O problema é que a democracia tem muitos nomes, há muitas coisas a que chamam democracia.

Nós, em Portugal, vivemos numa democracia formal, mas que é muito pouco democrática em termos de conteúdo e de prática. Neste momento,

praticamente já não vivemos em democracia - vivemos em democracia formal, mas vivemos muito pouco em democracia.

E vivemos muito pouco em democracia, porque numa democracia como esta - que é uma democracia representativa - o representante tem que representar efetivamente o representado.

E quando há escolha, quando há as eleições, quando se concorre para se ser escolhido como representante, fazem-se promessas, estabelece-se um contrato entre o representante e o representado. E aquilo a que assistimos permanentemente é que o representante a partir do momento em que é escolhido esquece, rasga todos os compromissos que assumiu, todas as promessas que fez, rasga o contrato e não representa nada, o saber, o sentir, os interesses, os valores dos representados.

Portanto o desafio que se nos levanta para aprofundarmos uma democracia do tipo da que nós temos – e que eu continuo a considerar que é o menos mau de todos os sistemas - é sermos capazes de controlar o cumprimento dos compromissos por parte dos representantes.

Uma democracia não deve ser apenas representativa, deve haver uma interligação entre aquilo a que chamamos democracia representativa e a democracia participativa ou direta.

E por isso mesmo é necessário aquilo que se tentou a seguir ao 25 de Abril; é necessário criar outras formas de participação democrática através daquilo que se conheceu como Comissões de Moradores, Comissões de Bairros, várias Comissões de Trabalhadores, etc.

Comissões que na altura não tiveram espaço para se imporem, porque os detentores da democracia representativa, os partidos políticos, não deixaram. Sentiam que lhes estavam a entrar em casa e portanto não facilitaram essa interligação entre a democracia representativa e a democracia participativa.

Tenho para mim que um dos maiores falhanços da democracia em Portugal e que nos trouxe a este estado de coisas é o falhanço generalizado dos partidos políticos.

"A ação cívica dos cidadãos é fundamental **para lutarmos pelos valores em que acreditamos, pelos nossos interesses."**

Infelizmente temos assistido a que os partidos, nomeadamente os que têm estado no Governo, a certa altura já nem defendem o interesse dos seus militantes, quanto mais dos eleitores. Defendem o interesse de grupos parcelares. E esse falhanço é na minha opinião o grande falhanço da democracia portuguesa.

Ora, as coletividades e as comissões, sem fazerem parte digamos do Poder, têm vindo a ser e continuam a ser os agentes da democracia participativa. E é desta maneira que eu compreendo as enormes dificuldades que o Poder resultante da democracia representativa cria aos agentes da democracia participativa. E nós sabemos as dificuldades tremendas que vêm sendo criadas.

Por vezes, face aos resultados da política exercida, temos tendência a dizer "são incompetentes". Não são, eles sabem o que estão a fazer, são competentes dentro dos seus interesses e dos seus objetivos. E esses objetivos têm sido alcançados. Estamos a caminho duma sociedade... A caminho não, já estamos quase nessa situação... Uma sociedade onde o empobrecimento é enorme, o desemprego é enorme e é fomentado. É que quanto maior for o exército dos desempregados, menos condições têm os que trabalham para reivindicar direitos e melhores condições de trabalho. Há sempre ali um exército de desempregados pronto a aceitar as migalhas que lhes sejam dadas.

É esta a situação que temos de enfrentar, conscientes de que é uma luta sem quartel contra os agentes do capital financeiro especulativo, que até já deram cabo do capital produtivo.

E não é por acaso que se criam dificuldades tremendas aos agentes associativos, aos dirigentes associativos, criando condições para que seja cada vez

mais difícil o exercício da atividade associativa. Eles sentem, e é isso que o movimento associativo também tem de assumir primeiro internamente e depois externamente, eles sentem que um dos entraves maiores que podem ter ao seu domínio total da sociedade é o movimento associativo, precisamente porque está ligado diretamente às pessoas e representa no dia-a-dia o que as pessoas sentem, os seus anseios.

O movimento associativo tem de sentir que é um alvo do Poder e, por isso mesmo, tem que olhar para a situação, eu pelo menos olho-a assim, como uma guerra. Eu confesso-vos que em termos militares já não olho para os tipos que estão no Poder como adversários, olho para eles como inimigos.

A ação cívica dos cidadãos é fundamental para lutarmos pelos valores em que acreditamos, pelos nossos interesses. O movimento associativo é de facto fundamental para que isso seja possível a todos os níveis.

Ao ouvir o Modesto Navarro falar, ficou claro que não é preciso ser uma grande associação, uma grande coletividade para ter atividade concreta a todos os níveis.

Eu costumo dizer que quando foram os 20 anos do 25 de Abril conseguiu-se uma comemoração bastante forte. Nós fizemos um livro, tipo relatório, de todas as atividades concretizadas. Dos 305 Concelhos que havia na altura, 290 e tal comemoraram o 25 de Abril, com sessões solenes, muitos, mas também com a simples organização dum jogo de malha ou de chinquilho, ou coisa do estilo.

Para comemorar o 25 de Abril este ano a Associação 25 de Abril lançou uma grande campanha. Provocou, entre aspas, os diferentes agentes, desde autarquias, partidos políticos, as diferentes associações, para comemorarem o 25 de Abril.

Posso dizer-vos que os 40 anos do 25 de Abril se estão a comemorar em todo o País e se vão continuar a comemorar duma forma muito, muito, muito forte e significativa e dentro duma perspectiva que é a única que, nos momentos que correm, eu posso admitir correta. É uma perspetiva de luta pela recuperação dos valores de Abril.

Nós não estamos a querer comemorar os 40 anos do 25 de Abril invocando

o que se passou, mas estamos a fazê-lo na perspetiva de luta pela recuperação dos valores de Abril.

Eu ficava por aqui, acentuando que para conseguirmos democratizar a democracia não podemos esquecer o papel das associações e coletividades.

E por isso mesmo têm que intensificar esse vosso papel, essa vossa ação de forma a conseguirmos democratizar mais a democracia que temos.

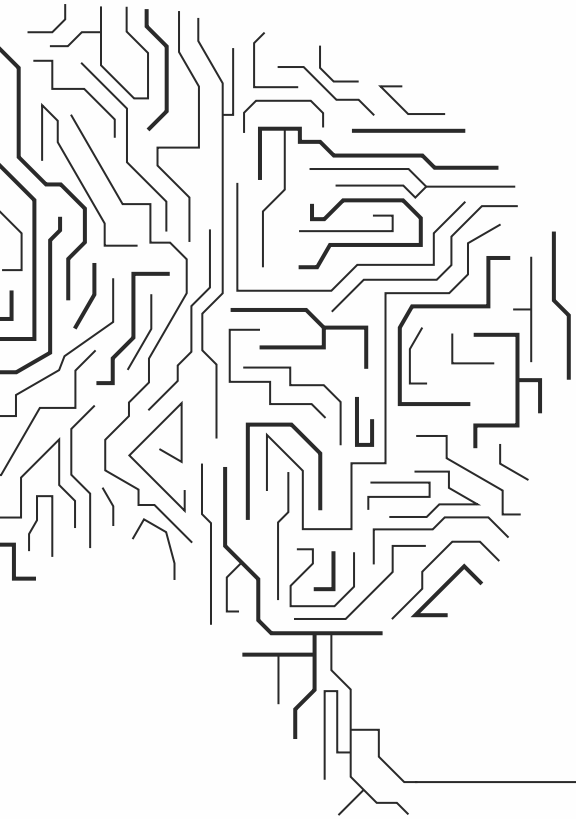
Muito Obrigado.

MESA DO 2.º PAINEL

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS,
JOSÉ JÚLIO MORAIS (MODERADOR)
E CARLA CARDOSO.

Tema 2

“ASSOCIATIVISMO, UMA **ESCOLA DE DEMOCRACIA**”



JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS

PROFESSOR ASSOCIADO
DO ISCTE-IUL/INVESTIGADOR
SÉNIOR DO CIES-IUL

CONGRESSO

"DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO"

ASSOCIATIVISMO, SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA

Sumário:

Introdução

1 ¬ Implicações cívicas e democráticas das associações

2 ¬ Padrões de envolvimento associativo: o caso português numa perspetiva comparativa e evolutiva

Conclusões

Introdução

Este texto tem, como primeiro objetivo, apresentar algumas reflexões sobre as implicações que o envolvimento associativo poderá ter na cidadania e na vivência democrática. Pretendemos dar resposta a perguntas como: a participação associativa tem consequências na adesão dos indivíduos aos valores e normas de cidadania? As associações melhoram a integração social? Que outras funções podem desempenhar as associações voluntárias? Qual o contributo das associações para uma sociedade civil forte? Como se explica a importância conferida às associações, se tão poucas pessoas participam? Que diferenças existem entre as diversas modalidades associativas? Que tipologia de associações adotar?

Um segundo objetivo, e no quadro das considerações teóricas anteriormente feitas, consiste na apresentação de alguns dados sobre a participação associativa em Portugal e em outros países europeus. Pretendemos analisar o nível de participação associativa em Portugal nas diferentes modalidades e tipos de associações, dando atenção especial à perspetiva evolutiva da participação, na última década. Para avaliarmos melhor esse nível de participação, apresentaremos dados referentes a outros países europeus que nos permitam fazer a comparação da participação associativa no nosso país com a que se regista em outros contextos europeus. Neste campo pretendemos responder às seguintes perguntas: o envolvimento associativo em Portugal é baixo? Em todas as modalidades associativas? Com que países europeus nos podemos comparar? Qual o contributo das associações para uma sociedade civil forte? Qual o peso das associações que mais contribuem para a sociedade civil?

Finalmente, nas conclusões, salientaremos as características do envolvimento associativo português, com alguns apontamentos prospetivos.

1 ¬ Implicações cívicas e democráticas das associações

O reconhecimento das virtualidades cívicas e políticas do envolvimento associativo remonta à obra *A Democracia na América* de Alexis de Tocqueville (edição portuguesa de 2001). É surpreendente verificar que as análises feitas pelo autor no século XIX, sobre os efeitos cívicos da participação associativa, ainda hoje inspirem teoricamente diversos autores.

Para aquele autor, os indivíduos, ao envolverem-se em associações, não só interiorizam valores cívicos de cooperação e reciprocidade, como desenvolvem atitudes de confiança e se capacitam para a intervenção na esfera pública e na esfera política, em particular.

O autor considerava que o individualismo dos tempos modernos conduzia os cidadãos a centrarem-se na sua vida pessoal e familiar, desvalorizando a vida da comunidade a que pertenciam, e a política em geral. Ora, esse desligar da política era perigoso porque, sem o controlo dos cidadãos, o poder político poderia ser conquistado por um déspota, ou um pequeno grupo político bem organizado (Tocqueville, 2001).

As associações voluntárias, ao incitarem os cidadãos para a participação na vida pública e política, favorecem o escrutínio político dos detentores do poder pelos cidadãos.

As virtualidades das associações manifestavam-se a nível individual mas projetavam-se a nível nacional. Indivíduos mais participativos, desenvolviam, a nível pessoal, valores e normas de cidadania, e, a nível nacional, criavam as condições para o escrutínio das instituições e dos agentes políticos.

Existem, no entanto, argumentos que pretendem contrariar os aspetos positivos das associações. Um primeiro argumento, é que a investigação empírica não confirma de maneira clara e generalizada as virtudes cívicas do envolvimento associativo. As evidências, na análise estatística, quando aparecem, são ténues (Robteutscher, 2000). Outros invocam o efeito de fação e o fechamento social de algumas associações, que em vez de promoverem a solidariedade, incitam à desconfiança relativamente aos que estão no exterior (Rosemblum, 1998). Finalmente invoca-se a baixa percentagem dos indivíduos que participam

ativamente nas associações, deduzindo daí que as implicações democráticas nunca poderiam ser importantes. No desenrolar do texto iremos responder a estas objeções.

A verdade é que, apesar de todas estas críticas e reservas, persistiu sempre a ideia, que chegou aos nossos dias, de que a participação em associações tem efeitos benéficos na cidadania e na vivência democrática em geral.

A tão divulgada teoria do *capital social* de Putman (1993; 2000) é devedora, em muitos aspetos, de Tocqueville. Para Putman, os indivíduos de uma dada comunidade, ao pertencerem a redes formais e informais, desenvolvem normas de cooperação social, em particular confiança nos outros que, no seu conjunto, definem o *capital social* dessa comunidade. O *capital social* aplica-se a um país, região ou qualquer outra comunidade e permite avaliar o nível de cooperação e confiança nesse todo social, com implicações diversas: o desenvolvimento da consciência cívica e política, a integração social, bem como a aquisição de competências com efeitos positivos no campo económico e institucional.

A designada *democracia associativa*, reconhece também os efeitos benéficos das associações, mas a sua proposta normativa é mais global. Estes autores (Cohen e Rogers (1995), propõem uma delegação de poderes do Estado nas associações segundo fórmulas institucionais em tudo análogas a uma concertação social alargada. Os benefícios do associativismo na educação cívica dos indivíduos são considerados, mas o acento tónico é posto nas relações institucionais entre o Estado e as associações.

O modelo normativo da *democracia participativa* nunca foi implementado, mas ele permite-nos fazer a ligação para as implicações das associações em outros níveis que não o individual, isto é, a nível da esfera pública e política. Neste campo, o papel mais óbvio e conhecido das associações é o de representação de interesses e identidades. Estamo-nos a referir aos sindicatos, às associações patronais, às associações profissionais, por exemplo. No campo laboral essas associações têm mesmo um *forum* próprio de deliberação e tomada de decisão, conjuntamente com o poder executivo – a concertação social.

Para além do papel institucional de representação de interesses, as associações também contribuem para o debate na esfera pública e para a

deliberação democrática. São elas que transpõem para o espaço público os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, reformulando-os em problemas sociais, que serão objecto de discussão pública alargada, em grande parte através dos meios de comunicação social. Os *media* devolvem aos indivíduos uma leitura plural e social dos seus problemas, num processo que é simultaneamente enriquecedor da deliberação democrática e da consciência social e política dos cidadãos. Em muitos casos, os *outputs* desta discussão pública servirá para o debate político.

Esta função institucional de representação de interesses, que relevam da sociedade civil, através da organização livremente para apresentar na esfera pública, mas especialmente na esfera política.

Poderemos, desde já, responder à questão anteriormente colocada: como é que as associações poderão ter tantas implicações virtuosas se o número de cidadãos que participam é tão diminuto?

De facto, e como vimos, o papel de representação de interesses, bem como o de contribuição para o debate democrático na esfera pública, está muito para além do número de participantes nas associações. Os sindicatos e associações patronais, por exemplo, têm um papel de representação e, também, institucional, cuja importância excede o dos seus filiados. Também o contributo para a discussão pública de organizações ambientais, de direitos humanos ou de solidariedade social, por exemplo, excede o número dos seus filiados, pela capacidade de difusão das suas mensagens nos *media*.

Os efeitos cívicos e democráticos das associações poderão, assim, ser considerados numa perspetiva alargada – versão seminal de difusor da cultura cívica e democrática (Warren, 2001 e 2004). Em síntese os efeitos das associações podem realizar-se a três níveis:

- *efeitos a nível individual:* aumento da informação, dos conhecimentos, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral;
- *efeitos a nível da esfera pública:* contribuição para a discussão pública e deliberação democrática; contributos para o debate no campo institucional político;
- *efeitos institucionais:* representação de interesses e identidades; suporte de ações coletivas de protesto e resistência; funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas.

Duas questões podemos agora colocar. A primeira tem a ver com as tendências individualistas da sociedade atual que, em combinação com o desenvolvimento da comunicação na Internet, poderiam por em causa a participação associativa no futuro. A segunda questão é saber se as associações têm todas as mesmas funções, ou se diferentes modalidades associativas darão, também, diferentes contributos democráticos.

Sobre a primeira questão poderemos aceitar, primeiramente, que o investimento associativo continuado tenha diminuído, nas suas fórmulas tradicionais, mas tal não significa que esse envolvimento esteja em crise, mas sim que se revela de outras formas. Estudos feitos (Viegas et al, 2010) têm revelado que essa participação tende a ser mais pontual, instrumental e pragmática do que anteriormente. Em segundo lugar temos de reconhecer que o reconhecimento institucional das associações continua elevado. Tomemos, por exemplo, o caso dos sindicatos e associações patronais que são objeto de contínuos apelos dos governos para obterem acordos com essas instituições na concertação social.

As transformações nas associações nos últimos anos vai, também, no sentido da menor militância interna, compensada por um reforço da sua intervenção na esfera pública, quer na representação de interesses de grupo, quer na defesa de valores e normas sociais Este sentido de mudança aplicar-se-ia aos próprios partidos políticos, na medida em que diminui a ação militante, que é substituída pela relação mediática entre os atores políticos e os cidadãos (Dalton, 1999; Scheisguth, 2004).

Teremos também de considerar que as associações poderão desempenhar funções de coordenação, nomeadamente através de acordos entre si ou com instituições estatais, assim como poderão ter um papel ativo e direto na implementação de políticas públicas. Também nestes casos existem benefícios democráticos, na medida em que os ganhos funcionais e de eficácia governativa contribuem para a legitimação das instituições democráticas.

O segundo paradoxo tem a ver com o declínio do envolvimento associativo nas últimas décadas, assinalado por diversos autores, particularmente Putman (1993 e 2000) e as novas teorias sobre a o papel das associações, quer na dinamização da cidadania e melhoria da integração social e das performances económicas (teorias do capital social), quer, nas teorias, mais abrangentes, com

propostas de um novo modelo de governança democrática, com um papel saliente conferido às associações (Cohen e Roger, 1995; Hirst, 1994; Mansbridge, 1995).

De facto, o individualismo crescente das últimas décadas, a par dos desenvolvimentos nas tecnologias de comunicação e consulta à distância, nomeadamente através da Internet, têm substituído as formas mais presenciais de convívio e de investimento nas associações em geral. É claro que esse desinvestimento não é geral e existem formas de intervenção recíprocas entre a Internet e a participação social e política. Mas deixemos esse aspeto de parte.

Outros fatores funcionam em sentido inverso. A complexidade crescente das sociedades desenvolvidas atuais exige que os governos tenham necessidade de entrar em diálogo com as associações, apesar das conflitualidades derivadas da oposição entre o interesse geral e o interesse de fação. Essa necessidade radica na informação privilegiada que essas associações possuem, mas também no interesse dos governos contarem com ao apoio das associações da área, para legitimarem as suas posições na opinião pública.

No campo da prestação de serviços as parcerias entre o Estado e as associações, nomeadamente as IPSS, satisfazem todas as partes envolvidas: os indivíduos, porque, ao participarem, aumentam as suas competências ou, como utentes, beneficiam de um serviço; as IPSS porque alargam o seu campo de ação; o Estado porque, numa altura de retração de gastos, encontram uma fórmula de regular e manter os serviços prestados aos cidadãos, com um investimento menor.

Assim se compreende o paradoxo enunciado. Poderá haver menos indivíduos inscritos em associações, pelo menos nas associações tradicionais, mas estas têm um papel institucional crescente, quer pelo efeito amplificador dos *media*, mas também pelo reconhecimento institucional que lhes é conferido pelo Estado.

Os efeitos democráticos das associações não poderão ser definidos na generalidade, isto é, sem considerarmos qual a associação em causa. Esta questão reenvia-nos para uma definição tipológica das associações.

Tendo em conta as funções que desempenham propomos três tipos de associações: associações de "integração social", associações de "defesa de

interesses de grupo" e associações que expressam "os novos movimentos sociais". As associações de "integração social" englobam, no nosso caso empírico, as seguintes modalidades associativas:

- associações de "solidariedade social e religiosas";
- associações "desportivas culturais e recreativas";
- associações "de pais e moradores".

As associações de "defesa de interesses de grupo", englobam as seguintes modalidades associativas:

- sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas
- associações empresariais ou financeiras.

No nosso modelo os partidos políticos serão considerados separadamente.

As associações que expressam "os novos movimentos sociais" englobam as seguintes modalidades associativas:

- as associações de defesa dos direitos de cidadania;
- as associações de consumidores;
- as associações ecologistas e ambientais;
- as associações de defesa dos animais.

O interesse desta tipologia é que ela permite distinguir as associações pelo seu contributo fundamental para cada uma das funções acima referidas: de integração social, de representação de interesses ou de contribuição para o debate na esfera pública.

Com esta distinção estamos em condições de analisar os dados tendo como referência principal o caso português.

2 ¬ Padrões de envolvimento associativo: o caso português numa perspetiva comparativa e evolutiva

Uma primeira questão a analisar tem a ver com o nível de envolvimento associativo em Portugal, usando para tal uma pluralidade de fontes informativas. Queremos resultados fiáveis mas também evolutivos (ver Quadros 1 e 2).

QUADRO 1 · Índice de pertença associativa em Portugal* (1990-2006)

Número de Associações	EVS 90 %	EVS 99 %	CID 2001 %	ESS 2002 %	PDD 2006 %
Três ou mais	6	3	6	4	7
Duas	8	4	9	6	7
Uma	20	21	28	19	21
Nenhuma	66	72	57	71	65
Total	100	100	100	100	100

Fontes: *European Value Survey(EVS)* 1990 e 1999; *Citizenship Involvement and Democracy* (CID) 2001; European Social Survey (ESS) 2002; *Participação e Deliberação Democráticas (PDD)* 2006

*Valores arredondados às unidades.

Com base nos dados apresentados no Quadro 1 podemos verificar que a percentagem de sujeitos que pertencem a associações voluntárias não sofreu grandes alterações de 1990 para 2006, à exceção dos dados obtidos em 2001, se tivermos em conta a percentagem de respondentes que diz não ter pertencer a nenhuma associação[2].

Ao integrarmos os dados relativos a Portugal no contexto europeu ficamos com uma ideia mais clara do nível de envolvimento associativo (ver Quadro 2). Este quadro mostra o número de associações em que os cidadãos se envolvem em oito países europeus. A discrepância dos dados relativos a Portugal entre os dois quadros deve-se ao facto que neste quadro estarem representados os valores referentes ao envolvimento e não à pertença associativa. Por envolvimento associativo entende-se pelo menos uma das diferentes modalidades de participação: (1) ser membro; (2) doar dinheiro; (3) participar nas atividades e (4) fazer trabalho voluntário, sendo desta forma uma conceção mais abrangente do que aquela que apenas considera a variável ser membro, constante nos inquéritos internacionais do *European Value Survey* e do *European Social Survey*.

[2] Este resultado também pode ser explicado pelo facto de, no estudo CID 2001, a bateria de indicadores de participação associativa estava muito discriminada: 27 modalidades de associações. Ora, com maior número de associações apresentadas a taxa de resposta tende a aumentar, como é reconhecido pelos investigadores (Morales e Geutz, 2007).

QUADRO 2 · Índice de envolvimento associativo por país *(Portugal, Espanha, Alemanha Ocidental, Holanda, Noruega, Dinamarca, Moldávia e Roménia) (CID 2001) (%)

Número de Associações	PORT.	ESP.	ALEM. Ocid.	HOL.	NOR.	DIN.	MOL.	ROM.
Três ou mais	11	13	22	62	73	57	3	2
Duas	12	12	21	16	13	20	3	4
Uma	30	24	27	11	9	15	14	14
Nenhuma	47	51	30	11	5	8	80	80
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Projecto de investigação *Citizenship Involvement and Democracy* (CID) 2001

*Valores arredondados às unidades.

Pelo Quadro 2 podemos verificar que o envolvimento associativo em Portugal é muito semelhante ao de Espanha, apresentado valores mais elevados que os dois países do leste europeu considerados (Moldávia e Roménia) e com valores inferiores aos dos países do centro e norte da Europa. É nos países nórdicos (Noruega e Dinamarca) que encontramos a maior percentagem de indivíduos envolvidos em associações a nível global (superior a 90%) e em três ou mais associações – 73% na Noruega e 57% na Dinamarca.

Interessa, agora, compreender o envolvimento associativo português numa perspectiva comparada, através da utilização de tipos de associações, numa fase inicial desagregada por modalidades e, mais à frente, complementada com a tipologia proposta de quatro associações.

Com esta primeira análise pretende-se observar quais são os tipos de associação em que os portugueses mais e menos se envolvem. De acordo com os dados apresentados no Quadro 3 verificamos que são as "associações desportivas, culturais e recreativas" e as "associações de solidariedade social e religiosas", aquelas que em Portugal representam a maior fatia do envolvimento associativo, estando muito próximas dos valores da Espanha e com níveis superiores aos países do leste europeu considerados. Tal como ficou demonstrado em estudo anterior (Viegas, 2004), este tipo de associações caracteriza-se pelo seu impacto ao nível da integração social dos seus membros e pela fraca contribuição para o debate na esfera pública.

QUADRO 3 · Pertença associativa em 8 países europeus (CID 2001) (%)

Tipo e modalidades de associações	PORT.	ESP.	ALEM. Ocid.	HOL.	NOR.	DIN.	MOL.	ROM.
Tipo: "novos movimentos sociais"								
1. Defesa de direitos de cidadania, valores, consumidores e automobilistas	4	9	24	65	58	26	3	2
Tipo: "integração social"								
2. Pais e moradores	4	9	3	23	38	40	3	5
3. Solidariedade social e religiosas	11	9	14	36	16	21	4	4
4. Desportivas, culturais e recreativas	22	20	43	51	49	57	5	3
Tipo: "representação de interesses"								
5. Interesses empresariais ou financeiros	2	3	2	10	11	11	4	2
6. Sindicais, profissionais e pensionistas	7	12	15	33	61	70	7	8
Outros tipos de associações								
7. Partidos políticos	2	2	3	8	8	7	3	4
8. Outras associações (não especificadas)	11	0	4	9	10	7	1	0

Fonte: *Citizenship Involvement and Democracy* (CID) 2001

Pelo contrário, as associações com mais forte potencial de participação e contribuição para a esfera pública, como as "associações de consumidores" e as "associações de defesa de direitos, cidadania e valores sociais" (agregadas na primeira linha do quadro 3) são as que em Portugal apresentam as percentagens de indivíduos com envolvimento mais baixos, ficando muito aquém das percentagens obtidas em Espanha e sobretudo dos países do centro e norte europeus.

Um outro dado interessante para compreender os padrões de envolvimento associativo em Portugal é a utilização de indicadores de envolvimento ativo e passivo. Por envolvimento passivo entende-se a percentagem de indivíduos que são "membros da associação" e, por envolvimento ativo, a percentagem de indivíduos que "fazem trabalho voluntário". Estas duas categorias não são mutuamente exclusivas pelo que muitos dos indivíduos inquiridos acumulam os dois tipos de envolvimento associativo.

Através de uma análise diacrónica, onde são incluídos dados relativos a inquéritos internacionais de 1990 a 2006, por tipo de associação, tal como definida no ponto anterior, podemos avançar para uma análise mais detalhada dos padrões de envolvimento associativo português.

Assim, podemos verificar que a maior participação em associações de "integração social" é uma constante, apresentado os valores mais elevados, quer ao nível do envolvimento passivo como ativo. No entanto, é de denotar que o nível de participação neste tipo de associações tem diminuído, como se pode verificar em 2002 e 2006.

QUADRO 4 · Envolvimento associativo passivo (P) e ativo (A), dados comparativos para Portugal 1990, 1999, 2001, 2002 e 2006* (%)

Tipo de Associação / organização	EVS 90		EVS 99		CID 01		ESS 02		PDD 06	
	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A
1. Novos movimentos sociais	3	1	2	1	4	1	4	1	1	1
2. Integração social	28	15	21	12	31	17	19	3	19	12
3. Defesa de interesses de grupo	2	2	1	1	9	2	8	1	4	1
4. Partidos políticos	4	3	2	1	2	2	4	1	2	1

Fontes: *European Value Survey(EVS)* 1990 e 1999; *Citizenship Involvement and Democracy* (CID) 2001; European Social Survey (ESS) 2002; *Participação e Deliberação Democráticas (PDD)* 2006

*Valores arredondados às unidades.

Os dados de 2006 revelam, ainda, uma diminuição da participação passiva e ativa nos vários tipos de associações consideradas, com maior destaque para as associações de "novos movimentos sociais" e de "defesa de interesses de grupo". A sua menor expressão em Portugal pode ser um fator a ter em linha de conta, num momento em que se assiste a um desinvestimento dos cidadãos nas suas atividades associativas. Parece ficar claro que não se revela um aumento de investimento em associações relacionadas com os "novos movimentos sociais", o que vai ao arrepio do que dizem as teorias da modernização cultural, nomeadamente de Inglehart (1977 e 1997). É claro que um período de cinco anos é pouco para detetar tendências de longo prazo. Julgamos no entanto, que a conjuntura de crise económica e financeira deste período, acompanhada de reformas com incidência nos níveis de rendimento das classes médias, podem explicar este desinvestimento associativo.

Relativamente às associações de defesa dos interesses de grupo o decréscimo de investimento deverá ser relativizado. De facto, ele só é evidente se nos reportarmos aos valores imediatamente anteriores, de 2002, mas vendo a

série toda verificamos que não podemos dizer que existe uma tendência sustentada para a queda.

Conclusões

Relativamente à participação em associações, globalmente considerada, isto é, sem desagregarmos por tipo de associação, poderemos dizer que não se manifestam significativas mudanças no período considerado e, a haver, elas seriam no sentido da diminuição. Os números absolutos baixos recomendam, no entanto, alguma reserva de leitura no referente a esta última afirmação (perda de significado estatístico).

O envolvimento maioritário, em Portugal, localiza-se em associações que designámos como de "integração social", o que está de acordo com o que já tínhamos detetado em 2001, e que também é evidenciado em outras pesquisas, sendo uma característica do padrão de envolvimento associativo no nosso país. A haver mudança, neste campo, ela seria no sentido da diminuição do envolvimento.

Seguindo à risca as teorias da modernização, nomeadamente da modernização cultural de Inglehart (1977 e 1997), o envolvimento em associações que expressam os novos movimentos sociais deveria ter aumentado em Portugal de 2001 a 2006. De facto tal não aconteceu e, mais uma vez diríamos, agora talvez com mais razão, que a tendência foi mesmo para a diminuição neste tipo de associações.

A explicação anteriormente avançada é que, por um lado, este período é curto para se manifestarem mudanças significativas e, por outro lado, ele foi marcado por uma conjuntura de retração económica e financeira, com especial incidência nas classes médias mais instruídas, justamente aquelas que protagonizam a mudança de valores políticos e sociais.

Finalmente é de registar que as associações de defesa de interesses, que incluem os sindicatos, não regista variações com significado estatístico de 2001 para 2006 (pesquisas feitas com os mesmos indicadores) pese embora o acréscimo de visibilidade destas associações nos últimos anos, o que vai ao encontro do que dissemos: a maior presença institucional e na esfera pública não indicia, necessariamente, um aumento de envolvimento dos cidadãos nas associações.

Bibliografia

Cohen, Joshua e Joel Rogers (1995) Secondary Associations and Democratic Governance", in Erik Olin Wright (eds), *Association and Democraticy*. Londres/Nova-Yorque: Verso, pp 7-100.

Dalton, Russel (1999), "Political support in advanced democracies", em Pippa Noris (org) *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press.

Hirst, Paul (1994) *Associative Democracy – new forms of economic and social governance*. Amherst: The University of Massachusetts Press.

Mansbridge, Jane (1995) "A Deliberative Perspective on Neocorporatism", in Erik Olin Wright (org) *Associations and Democracy*. Londres/Nova-Yorque: Verso, pp 132-147.

Inglehart, Ronald (1977), *The Silent Revolution: Changing values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.

Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and Posmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press.

Putnam, Robert (1993) *Make Democracy Work: Civic Traditions on Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.

Putnam, Robert (2000) *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova-Yorque: Simon Schuster.

Roteutscher, Sigrid (2000) "Democracia associativa: as associações voluntárias como campo de treino para a democracia?", *in* José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs), *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta, pp 233-254.

Rosemblum, Nancy (1998), *Menbership & Morals: The Personal Uses of Pluralism in America*. Priceton: Princeton University Press.

Schweisguth, Etienne (2004)"Convergência ideológica e declínio do interesse político", em J. M. Leite Viegas, A. Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs), *Democracia Novos Desafios, Novos Horizontes*. Oeiras: Celta editora.

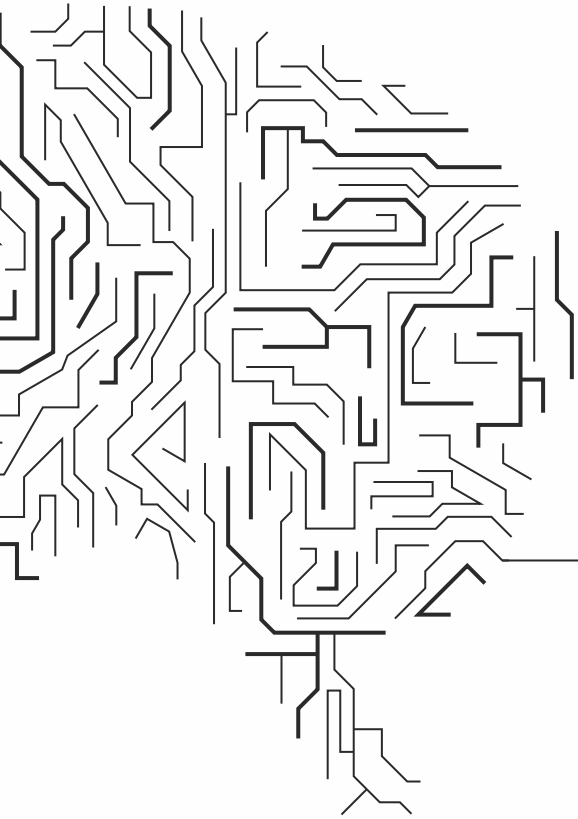
*Tocqueville, Alexis (2001) *Da Democracia na América*. Cascais: Principia.

Viegas, José Manuel Leite Viegas (2004) "Implicações Democráticas das Associações Voluntárias: o Caso Português numa Perspectiva Comparativa europeia", *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: Celta, pp. 33-50.

Viegas, José Manuel Leite et all, (2010) "Envolvimento associativo e mobilização cívica", in JM Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (orgs), *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*. Lisboa: Mundos Sociais, pp 157-180.

Warren, Mark (2001) *Democracy and Associations*. Princeton: Princeton University Press.

Warren, Mark (2004) "Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?" em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia: Novos desafios, Novos Horizontes*. Oeiras: Celta Editora.



CARLA CARDOSO

MESTRE EM CIÊNCIAS
DA EDUCAÇÃO, FACULDADE
DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CONGRESSO
"DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO"

40 ANOS DE DEMOCRACIA NA HISTÓRIA DE UMA ASSOCIAÇÃO POPULAR: CRACS (COLETIVIDADE RECREATIVA E DE AÇÃO CULTURAL DE SOUSELA)[3]

Sumário:

Nota Introdutória

1 ¬ Aspetos Metodológicos

2 ¬ Percurso Histórico – Do final da ditadura de Oliveira de Salazar à crise económica versus do "barracão" à crise severa

2.1. No tempo do "barracão"

2.2. Rumo à nova sede

2.3. A crise acentua-se

3 ¬ Participação Associativa

4 ¬ Aprendizagens

Em jeito de conclusão

[3] Dissertação realizada sob orientação da Professora Doutora Teresa Medina, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Nota Introdutória

A frase de Artur Martins *"o homem enquanto ser social sempre se associou"* (Martins, s/d, p. 1) reflete bem a importância do surgimento das associações dado que as pessoas desde sempre tiveram e têm a necessidade de se encontrarem e de encontrar "espaços" que respondam às suas necessidades (formação, desporto, cultura, recreio, etc.), entre outros objetivos.

Este artigo tem por base a dissertação de mestrado em Ciências da Educação apresentada na FPCEUP, acerca do movimento associativo e em concreto da CRACS (Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Sousela). Os objetivos da pesquisa incluíam: contribuir para a construção de uma história da associação a partir da voz dos seus construtores e protagonistas, compreender as diferentes fases e modos de participação na associação e compreender os impactos educativos/formativos da participação na referida associação. Nesta introdução começaremos por apresentar a CRACS em traços gerais, dando de seguida nota do quadro teórico que sustenta o nosso trabalho.

A CRACS é uma associação situada na freguesia de Sousela, no concelho de Lousada, tendo sido a primeira a surgir na freguesia após o 25 de Abril de 1974. Os sócios fundadores foram José Pacheco, José Ferreira Neto e Francisco Ferreira Neto, mas houve várias outras pessoas que se envolveram ativamente e tornaram possível a sua constituição. Os seus estatutos foram publicados no Diário da República no dia 28 de Setembro de 1976, assumindo como principais objetivos: *"agregar os seus elementos e promover o recreio, a cultura popular e o bem-estar social em especial nos habitantes da freguesia"* (Estatutos). Com esses objetivo, foi preocupação da CRACS assegurar que todos participassem nas mais diversas atividades e na gestão da coletividade. Durante os primeiros anos de existência, a associação teve um elevado número de pessoas envolvidas, tendo a sua atividade sido muito marcante em toda a freguesia, constituindo-se como um importante polo de desenvolvimento local e de produção e divulgação cultural em áreas muito diversas, com profundos impactos na vida de muitas pessoas, designadamente dos jovens e das mulheres, que encontraram na coletividade um importante espaço de afirmação e de liberdade. Nos últimos anos, esta realidade tem-se alterado, existindo um menor número de pessoas a participar o que se traduz numa menor atividade e numa participação geral mais reduzida.

1 ¬ Aspetos Metodológicos

O associativismo e o seu potencial educativo e transformador não tem sido suficientemente problematizado do ponto de vista científico. Assim, consideramos muito pertinente debruçarmo-nos sobre este contexto para o estudar de forma aprofundada. A construção da investigação e dos objetivos da mesma teve em consideração os interesses das investigadoras, mas também os da associação e dos seus dirigentes, através de conversas prévias com a direção da associação. Uma das grandes preocupações dos dirigentes atuais era acerca da diminuição da participação na vida associativa ao longo dos últimos anos. Assim, tendo em consideração as suas preocupações, foram traçados os seguintes objetivos:

- Contribuir para a construção de uma história da associação a partir da voz dos seus construtores e protagonistas – Dirigentes e outras pessoas com um envolvimento relevante na associação;
- Compreender as diferentes fases e modos de participação na associação;
- Compreender os impactos educativos/formativos da participação no movimento associativo;

Dados os objetivos desta investigação, o método considerado mais adequado foi o estudo de caso, dado que se pretendia estudar aprofundadamente a CRACS. O estudo de caso é um método que implica a utilização de várias técnicas de recolha de material empírico. Yin refere que *"o material pode vir de seis fontes: documentos, registos arquivados, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos"* (Yin, 2009, p. 98). Apesar de existirem estes seis tipos de fontes de informação, *"nem todas ... são relevantes em todos os estudos de caso"* (Yin, 2009, p. 114), sendo que nesta pesquisa serão essencialmente mobilizados a identificação e análise documental e narrativas biográficas.

As narrativas biográficas são um tipo particular de entrevista que conferem maior importância aos sujeitos e às suas narrativas subjetivas, permitindo *"uma outra compreensão da história individual e coletiva, dos diferentes contextos em que as pessoas intervieram e participaram e das transformações sociais, politicas, económicas e culturais que influenciaram os seus percursos de vida"* (Medina, 2008, p. 79). Esta característica das narrativas biográficas, de permitirem uma compreensão dos contextos em que as pessoas participaram, a par das transformações sociais políticas, económicas e culturais que influenciaram os seus percursos de vida, é extremamente importante no estudo de caso da CRACS, ao permitir conhecer mais

aprofundadamente as condições da sua criação e a forma como foi sobrevivendo ao longo dos anos. Do mesmo modo, é também muito importante para estudar as dimensões da participação no movimento associativo, dado que estas abrangem a vida toda, antes, durante e, nalguns casos, após a participação na coletividade (dado que alguns elementos deixaram de participar ao longo do tempo).

A análise documental foi outra técnica muito relevante na medida em que permitiu o acesso a um conjunto de informações que possibilitaram localizar no tempo os diferentes acontecimentos da vida da CRACS, bem como corroborar diversas informações recolhidas.

O processo de recolha do material empírico foi um processo longo e moroso, após o que foi necessário realizar a análise de conteúdo para ser possível interpretar toda a informação. Nesta investigação, por limitações de tempo e espaço, não foi possível dar a mesma importância a todo o material empírico, pelo que optamos por analisar mais aprofundadamente as narrativas biográficas, dado que nelas constava a informação mais pertinente tendo em consideração os objetivos da investigação.

2 ¬ Percurso Histórico – Do final da ditadura de Oliveira de Salazar à crise económica *versus* do "barracão" à crise severa

A CRACS, como muitas outras associações nasceu após o fim da ditadura fascista de Oliveira de Salazar. A 25 de Abril de 1974, as forças militares portuguesas iniciaram uma revolução pacífica com o objetivo de pôr fim ao fascismo e dar inicio a uma democracia. Durante o regime fascista a maioria das iniciativas populares eram proibidas e frequentemente sancionados aqueles que a elas davam início. Na pequena freguesia de Sousela, naquela época não existia nenhum espaço no qual as pessoas pudessem encontrar-se com os outros, isto é, não existia qualquer café, bar ou associação. O único momento em que as pessoas podiam encontrar-se era após a missa, na igreja, aos domingos. Alguns jovens desta freguesia desejavam formar uma associação, ainda durante o regime fascista e desenvolveram diversas tentativas, que, no entanto, não tiveram um resultado positivo. Após a referida Revolução, com a nova liberdade adquirida, foi possível criar a tão desejada e necessária associação. De facto é possível referir

que a rutura sociopolítica que mais influenciou o associativismo na história recente de Portugal foi o 25 de Abril de 1974, correspondendo a um momento extraordinário na vida dos portugueses, *"um momento de rutura, em que a explosão da iniciativa popular se traduz por fortes dinâmicas de transformação social, apoiadas em órgãos populares de base"* (Canário, 2009, p. 133). Este acontecimento teve um impacto tão grande que *"cerca de metade das associações que hoje temos em Portugal decorrem do 25 de Abril de 1974"* (Martins, s/d, p. 4). O associativismo, a partir de então, tem vindo a sofrer uma série de transformações que se vão prolongando no tempo até à atualidade, transformações essas não apenas ao nível do número de associações que se formaram, mas também ao nível da diversificação de atividades e da emergência de outros tipos de associativismo. A partir destas considerações, é possível identificar duas grandes linhas de transformação do movimento associativo: por um lado, a emergência de novas formas de associativismo ou a diversificação da ação associativa, que dão mais pluralidade aos *movimentos e ações associativos* já existentes; e, por outro lado, essencialmente a partir dos anos 80 do século passado, a reconfiguração das associações para a captação de fundos (europeus ou nacionais), com a consequente perda de autonomia e necessidade de profissionalização dos seus elementos (Ferreira, 2011). Ao definir estas duas grandes linhas de mudança, não temos como preocupação elencar todas as que ocorreram no movimento associativo, dado que não é o objetivo deste estudo, mas sim dar conta de transformações que foram ocorrendo, para facilitar a compreensão do tipo de associativismo desenvolvido na CRACS e do seu percurso histórico.

Debruçando-nos sobre a primeira linha de mudança ou transformação, Martins refere que: *"...as coletividades mais «clássicas» diversificaram em muito as suas atividades e por outro lado, emergiram ou reforçaram-se outros tipos de associativismo: de defesa (património, consumidores, à vítima, etc.); movimento de moradores; juvenil e estudantes; ambiente e ecologia; de pais e da família, pessoa com deficiência etc."* (Martins, s/d, p. 4). Como é possível constatar, logo após o 25 de Abril, começou a haver maior diversidade no que diz respeito à ação do associativismo, correspondendo a diferentes interesses de pessoas que se agrupam e procuram defender projetos comuns. Pode dizer-se que, na atualidade, esta pluralidade tem aumentado, uma vez que têm sido criadas várias novas associações com objetivos bem delimitados e cuja temporalidade é, muitas vezes, curta. É o caso de associações criadas para defender uma dada

causa por um determinado período de tempo e que, após a resolução do problema que levou as pessoas a juntar-se, colocam um ponto final na sua existência.

Atualmente, e no âmbito da emergência de novos tipos de associativismo, uma questão pertinente a ser estudada prende-se com associações, mais ou menos formais, que existem relacionadas com o mundo virtual, como o caso das redes sociais. Estas redes merecem ser pensadas, também do ponto de vista do associativismo, dadas as potencialidades que têm na agregação de pessoas em grupos, na disseminação de informação, como plataformas de discussão de temas e de organização de atividades.

Relativamente à segunda linha de mudança, que diz respeito à reconfiguração das associações, é importante referir que algumas se transformaram para uma melhor adequação à captação de fundos para as suas atividades e outras nasceram com este propósito. Como afirma Lima: *"Um considerável número de associações, de novo tipo e vocação, emergiu a partir de meados da década de 1980, ocupando novos espaços de intervenção em parte abertos pela criação de programas e pela existência de financiamentos disponíveis, raramente tendo como objetivo principal a educação popular e de base de adultos, mas amiúde introduzindo essas valências no âmbito da sua ação social. Noutros casos, ocorreu uma reconversão e reorganização de algumas associações que se tinham consolidado no quadro da lógica do associativismo popular e da educação popular, agora confrontadas com a ausência de políticas e de financiamentos especificamente orientados para a educação de adultos; evoluíram muitas delas, para o estatuto de instituições particulares de solidariedade social, prestando vários serviços de proximidade, de índole social, sob contratualização e no quadro de parcerias estabelecidas com organismos oficiais de segurança social"* (Lima L. , 2005, p. 42). A partir do pensamento de Lima é possível percecionar, dentro desta reconfiguração/formação de associações com propósitos diferentes daqueles que inicialmente norteavam a sua formação, duas orientações de ação: a gestão da questão social e a gestão da formação de adultos. Esta transformação ocorre dada a diminuição dos subsídios estatais para as associações e a existência de programas de financiamento, oriundos do Estado ou da União Europeia, à qual Portugal aderiu a 1 de Janeiro de 1986, tendo apresentado a sua candidatura a 28 de Março de 1977. É possível, portanto, verificar que muitas mudanças no associativismo vão no sentido de o tornar, de certa forma, mais "profissional". Muitas associações estão a transformar-se para dar resposta a diferentes

necessidades das populações, necessidades estas que deveriam ser da responsabilidade do Estado, mas que, pelas mais diversas razões, não estão a ser asseguradas. As IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) são exemplo da substituição do Estado no apoio social, nomeadamente, à infância e à terceira idade.

Esta transformação/mutação de algumas associações traz diversas consequências ao nível do seu funcionamento, uma vez que se torna *"indispensável para fazer face às novas tarefas associativas "uma tecnoestrutura" que faz apelo a "saberes especializados que não se encontram ao alcance da maioria dos dirigentes, dos associados ou dos animadores voluntários"* (Canário, 2009, p. 151). Esta exigência de "uma tecnoestrutura", e as profundas alterações que provoca no campo do associativismo popular, *"é feita à custa da renúncia a traços identitários que lhe eram estruturantes, nomeadamente a democraticidade interna, de carácter directo, e a oposição a lógicas de mercado e de dependência externa"* (Canário, 2009, p. 151).

De certa forma pode dizer-se que assistimos a uma transformação ao nível da identidade de muitas associações, que passaram a ser geridas por gestores formados para esse efeito e a ter necessidade de empregarem quadros profissionais (com frequência de formação superior) para fazer face às suas novas funções. Perde-se, assim, o carácter voluntário que era um seu marco identitário, com a consequente perda de autonomia e perda de liberdade das associações na definição dos caminhos a seguir, deixando *"a democracia participativa [deixou] de ser, para muitas associações, um principio norteador da sua ação quotidiana"* (Ferreira, 2011, p. 140).

Estes processos têm consequências profundas para a associação como um todo e como instituição inserida num determinado contexto, bem como para a vida associativa. De facto muitas associações passaram a *"...funcionar como executoras de políticas que lhes são exógenas e alheias à tradição do «velho» associativismo popular baseado na militância e no voluntariado. As consequências desta dependência dos processos de financiamento e de contratualização de parcerias com o Estado são marcantes no que respeita a uma limitação da autonomia destas associações «seja em termos de orientação política, seja em termos de recursos e de processos de ação», o que torna problemática a concretização de «projetos educativos claros em termos democráticos, associativos e emancipatórios»* (Canário, 2009, p. 151). As associações

que se caracterizavam por serem autónomas em relação ao poder do Estado passam a depender de políticas, muitas vezes partidárias, que se vão alterando à medida que muda o governo ou poder autárquico. Na luta pela sobrevivência e manutenção dos postos de trabalhos, as associações tornam-se muitas vezes dependentes de apoios financeiros que nem sempre são claros, sendo *"provenientes de entidades que têm o poder de os distribuir, muitas vezes sem qualquer definição de critérios de transparência e de justiça, colocam as próprias associações numa lógica de caridade face aos mecanismos de financiamento, obrigando-as a mendigar subsídios. Desta forma, tende a criar-se uma cultura de domesticação e de dependência das associações, contrária à ideia de associativismo cidadão"* (Ferreira, 2011, p. 140). É possível que muitas das pessoas envolvidas nestas associações não se apercebam daquilo que está a acontecer, até porque *"algumas associações podem já não ter nascido com base nesta ideia de associativismo cidadão"* (Ferreira, 2011, p. 140). No entanto, é precisamente esta ideia de associativismo que se procura desenvolver na CRACS, um associativismo cidadão ou o *"velho"* associativismo popular. É, portanto, uma vertente do associativismo que se distancia bastante das lógicas acima enunciadas, decorrentes das transformações que ocorreram no mundo associativo, já que mantém a sua autonomia e liberdade em relação ao Estado e em relação a "*iniciativas de filantropia social, oriundas do Estado, da Igreja ou de empresários"* (Canário, 2009, p. 149). O associativismo popular pode ter diferentes modalidades e formas de ação mas, na sua base, estão lógicas de militância, voluntariado e exercício da democracia participativa. Estas associações, ao procurar manter a sua autonomia em relação às lógicas de ação e financiamento mais recentes, vivem em luta pela sobrevivência dado o diminuto apoio que lhe é assegurado pelo poder central e local. Partindo deste enquadramento apresentamos de seguida as diferentes fases do percurso histórico da CRACS: a primeira fase foi denominada – no tempo do "barracão"; a segunda fase – Rumo à nova sede; e a terceira fase – a crise acentua-se.

2.1 ¬ No tempo do "barracão"

No tempo do "barracão" refere-se ao período (cerca de 15 anos), em que a sede da associação estava num espaço designado de "barracão" tal era a falta de condições desse espaço para o funcionamento da coletividade. Este espaço

"O associativismo popular pode ter diferentes modalidades e formas de ação mas, **na sua base, estão lógicas de militância, voluntariado e exercício da democracia participativa."**

"...era da branqueação do Sr. Neto, aquilo já estava vazio, já tinha acabado tudo e pediu-se se o Sr. Neto (pai do José Neto) alugava aquilo para nós irmos para lá" (António Gonçalves). Apesar de ser um "barracão" todos os interlocutores falam sobre este espaço e sobre os momentos nele vividos com saudades de um tempo que, para eles, foi muito importante e transformador.

O início da CRACS deu-se numa noite, na qual os jovens de Sousela se encontraram na escola de Moreira (parte de cima da freguesia de Sousela), mas não foi uma noite qualquer, *"agora não posso precisar o dia em que foi, (...) não sei se foi um 11 de Março ou 25 de Novembro, mas foi uma data em que estavam tropas na rua. Isso foi frisado à noite na reunião"* (José Neto). E nessa noite: "*decidimos (...) constituir uma sociedade com espirito de abertura"* (José Neto). Tudo era feito com espírito de abertura dentro do ambiente democrático que se vivia. Após essa noite, rapidamente encontraram um espaço, o "barracão" e deram início à atividade da associação mesmo antes de a terem "formalizado", isto é, de terem sido aprovados os estatutos e publicados em Diário da Republica. O processo de aprovação dos estatutos foi um processo longo e muito participado por todos. Nessa época, isto é, nos primeiros meses após o 25 de Abril, em Portugal, começou a falar-se de política, de facto, com a emergência de novos partidos e o ressurgimento de outros da clandestinidade a política tomava contornos que nunca antes tinham sido vivenciados pelos portugueses. Na CRACS também começou a discutir-se a política, ao mesmo tempo que se discutiam os estatutos, havendo associados simpatizantes de diferentes partidos políticos. Nesse momento começou aquilo que eles chamam de "guerra", pois discutiam cada alínea dos estatutos, muitas vezes por longas horas. Essas

discussões eram descritas por todos os que nelas participaram como momentos muito bons. Esta "guerra" durou vários anos, tendo continuado mesmo após a aprovação dos estatutos. Inicialmente era essencialmente entre os membros de duas famílias, os "Netos" e os "Duartes", mas alguns anos após a fundação da associação a família dos "Duartes" afastou-se da CRACS, tendo formado uma outra associação na mesma freguesia. A partir desse momento a "guerra" passou a ser entre "Netos" e "Gonçalves". Embora a "guerra" fosse essencialmente entre duas famílias, havia muito mais pessoas que participavam na coletividade e todos trabalhavam em conjunto, desenvolvendo as várias iniciativas que surgiam.

Quando a CRACS se fundou teve que ultrapassar diversas dificuldades, sendo uma delas a aceitação por parte da população da freguesia. Inicialmente as pessoas não aceitavam a existência da associação, não participando e não permitindo que os filhos/as (especialmente as raparigas) participassem. No entanto, depois de um tempo *"a vida social de Sousela praticamente passou a ser feita na CRACS"* (José Carlos Meireles). A CRACS passou portanto a ser um centro de cultura, lazer saudável, praticar desportos e encontrar amigos. Começou a funcionar com diversas valências: *"começaram-se a criar várias atividades, como o caso da música, biblioteca, teatro, bar e futebol"* (Alfredo Gonçalves). Havia portanto *"cinco comissões, cada uma com 10 elementos e desses dez, um era eleito para ser porta-voz dessa comissão"* (Alfredo Gonçalves). Algum tempo depois criou-se ainda a secção de folclore, passando a existir 6 secções com 10 elementos cada uma e uma sétima secção constituída por elementos das outras 6, chamada de coordenadora. Esta secção tinha a missão de coordenar todas as atividades da coletividade, no entanto, procurava-se que os processos de decisão envolvessem todas as pessoas da associação. Este foi um período de forte atividade com o envolvimento de todos.

2.2 ¬ Rumo à nova sede

Rumo à nova sede, refere-se à fase em que se começou a construir a nova sede e os primeiros anos na mesma. A nova sede foi construída nos anos 80, uma década marcada pela adesão plena de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986. A integração na CEE teve um profundo impacto no país a todos os níveis (politico, económico e social) e os interlocutores desta pesquisa

sentiram que aquele foi um momento de esperança e de possibilidade de realizar um bom trabalho para a comunidade local.

Durante a construção da nova sede toda a ação da CRACS continuou a desenvolver-se no "barracão", no entanto, todas as atenções e esforços se voltaram para este novo projeto, que foi construído (na maior) parte pelos membros da associação, numa experiencia de trabalho colaborativo e participação de todos (inclusive no aspeto económico), como refere José Neto: *"a sede demorou muito tempo a construir porque foi feito à medida que nos iam cedendo ou material, ou a própria câmara nos dava ou nós íamos comprando pouco a pouco. Foi feito por nós, aos bocadinhos... lembro-me que quando começámos, arranjámos uns camiões e fomos a Canelas, Penafiel onde estava uma estrada em construção e viemos buscar rachão para os alicerces..."* (José Neto). Depois de um longo período de construção a nova sede estava quase terminada, mas era necessário fazer os acabamentos, assim *"para acabar propuseram que as pessoas emprestassem dinheiro, quem tivesse. Eu não tinha dinheiro não emprestei, mas o meu pai parece que emprestou algum. Resumindo, a CRACS ficou empenhada, ficou a dever dinheiro e era preciso para mudar cá para cima comprar mesas, cadeiras, máquina de café, frigorifico e etc. Mas não havia dinheiro. Então apareceu o salvador, o Gomes, e eles «venderam» a CRACS ao Gomes"* (António Gonçalves). Para finalizar a obra da CRACS o Gomes emprestava o dinheiro com a condição de ser presidente da associação. Numa assembleia geral o Gomes foi eleito e, de seguida foram terminadas as obras e a CRACS mudou para a nova sede. Nesse momento, alguns dos fundadores começaram a abandonar a coletividade e começou a crise da participação. A vida associativa na nova sede mudou, especialmente após a saída de José Neto (um dos fundadores e presidente da associação até à entrada do Gomes), pois a atividade cultural diminuiu substancialmente (desaparecendo o folclore, o teatro e a biblioteca). Nesta fase o bar da coletividade que até ao momento tinha sido explorado pelos associados foi alugado para exploração e a comissão coordenadora transformou-se numa direção. Estas alterações significaram perda da tomada de decisão democrática que existia até ao momento. A comissão de desporto mantém-se, principalmente com o futebol e a música passou a funcionar bastante intermitentemente.

Alguns anos mais tarde a exploração do bar foi passada para o Ernesto. Ele era um homem de grande dinamismo e com a ajuda de alguns sócios tentou organizar atividades na CRACS, nomeadamente torneios de futebol e durante três anos festivais de folclore internacionais com *"ranchos da Polónia, Itália, França e até*

tinha um rancho Chinês" (Paulo Castro). Para muitas pessoas estes festivais foram a atividade mais importante organizada na CRACS. O Ernesto permaneceu no bar durante vários anos, mas um dia o Gomes, que desejava ser ressarcido pelo dinheiro que havia emprestado, decidiu que nesse ano ganharia o concurso do bar quem desse mais dinheiro pelo aluguer. Nesta situação o Ernesto perdeu para a concorrência e foi afastado do bar.

2.3 ¬ A crise acentua-se

O início do novo milénio traz consigo uma crise económica mundial, que se trava a vários níveis e de diferentes formas e Portugal não está alheio a ela. *"Em Portugal, que em Janeiro de 2002 entrara na moeda única, conseguindo o objetivo governamental de entrar no «pelotão da frente» dos países que a introduziram, com o pretexto do cumprimento do Programa de Estabilidade e Crescimento e da necessidade de diminuir o défice, seguiu-se uma política de forte contenção do investimento público e salarial"* (Medina, 2008, p. 279). Com as políticas desenvolvidas, de alguma forma impostas pela UE, o poder de compra e diversos direitos sociais têm vindo a diminuir, o que tem consequências na disponibilidade das pessoas para participar no movimento associativo, designadamente na CRACS, que também entra em crise. Esta crise é percecionada de forma diferente pelos interlocutores de diferentes gerações. Para os mais velhos, a crise começou quando se mudou de instalações, pois a CRACS nunca mais foi o que era no "tempo do barracão", transparecendo nos seus discursos um grande saudosismo desse período. Para quem não viveu essa época na coletividade, como Luís Leal, a saudade é referente ao tempo em que o Ernesto estava à frente do bar da CRACS: *"A minha infância, de começar a jogar à bola, foi aqui nestas instalações e foi onde eu comecei a perceber e conhecer melhor o que era a CRACS. A partir do momento ... em que sai o Ernesto da exploração do bar, a CRACS caiu 500%. Em todas as atividades, todas as formas de crescimento"* (Luís Leal). Mas, para além da crise, e não deixando de a sentir, o período que atualmente se atravessa na coletividade é também marcado pela presença de uma nova geração de dirigentes, que não conheceram a "época do barracão" nem alguns dos fundadores, e que, mesmo assim, têm um profundo desejo de que a CRACS seja de novo um centro de desenvolvimento da freguesia e um ponto de encontro das pessoas em torno de atividades diversas.

3 ¬ Participação Associativa

Durante os primeiros anos de existência da CRACS, a participação das pessoas era elevada. Depois da passagem para a nova sede assistiu-se a uma diminuição da participação que se mantém, com altos e baixos, até à atualidade. Nestas circunstâncias, uma das grandes preocupações de praticamente todos os interlocutores desta pesquisa foi a da participação, questionando-se: acerca de como chegamos a esta situação (de pouca participação), do porquê de as pessoas não participarem e de como conseguir que haja mais participação. A forma como a CRACS chegou à situação atual, foi apresentada no capítulo anterior, onde se traçou uma breve história da coletividade. No entanto, relativamente a questões como: *"O que faz agir os atores? Porque razão se associam em projetos comuns face a interesses que não são diretamente os seus? (...) as respostas são tudo menos óbvias e a questão está em aberto, até pela deficiência de pesquisas no domínio das formas de construção da ação coletiva"* (Guerra, 2006, pp. 30-31).

Desta forma, e de acordo com a autora, embora assumindo que não há respostas imediatas para estas questões, pensar a participação na CRACS pode constituir-se num contributo para a reflexão sobre a construção da ação coletiva. As principais preocupações dos elementos da CRACS prendem-se, essencialmente, com o que fazer e como fazer para que as pessoas participem. Esta é uma questão que não se resume à CRACS, mas que se discute noutros meios e a outros níveis, sendo uma preocupação em associações e entidades muito diversas. As pessoas podem participar na CRACS de modos diversos:

- Como membro da direção, estando no centro da decisão da coletividade;
- Como membro de uma das secções (desporto, música, folclore, biblioteca, bar e sala de convívio), implicado na tomada de decisões sobre a secção;
- Participando nas aulas, atividades, etc., sem envolvimento na tomada de decisões;
- Frequentando o café/bar ou assistindo aos eventos.

Nas várias formas, o comprometimento com o desenvolvimento da ação da coletividade é diverso e, portanto, tem diferentes consequências a nível pessoal e coletivo. Ao mesmo tempo, a participação está, também, muito relacionada com o sentido que as pessoas lhe atribuem, bem como com questões relativas à disponibilidade, ou falta dela, e ao interesse na associação e nas suas atividades.

A partir da análise da participação na CRACS é possível argumentar que esta pode ser considerada a três níveis:

- **A nível global**, na medida em que as transformações da sociedade têm impactos profundos na vida das pessoas e das associações. O fascismo conteve substancialmente as possibilidades de que as pessoas se associam, quando este terminou surgiram novas possibilidades com novas liberdades para todos. Nos primeiros anos de democracia, coincidindo com a época do "barracão" o Governo Português estimulava e apoiava a criação de associações o que a par da nova liberdade sentida pelas populações gerou um boom de associativismo. Atualmente, a participação em CRACS diminuiu também, coincidindo com uma grave crise económica um pouco por toda a Europa afetando especialmente os países do sul e também Portugal. Esta crise tem reflexos a todos os níveis da sociedade e também nas associações que têm que sobreviver com pouco (ou mesmo nenhum) apoio financeiro público. As restrições legais à sua ação são elevadas, este é um setor muito mais regulado do que no passado, o que dificulta sua ação.
- **A nível da coletividade**, na medida em que a forma de organização/gestão é promotora, ou não, do envolvimento de todos no desenvolvimento de um projeto comum. Isto permite-nos concluir que a participação gera participação. E a participação implica participar na conceção, preparação, realização e avaliação das diferentes atividades (Berger, 2004).
- **A nível pessoal**, que diz respeito às motivações para participar ou não e que são profundamente influenciadas pelos níveis anteriores e pela história do envolvimento pessoal ou de familiares.

4 – Aprendizagens

Partindo do percurso histórico da CRACS, é possível afirmar que esta é um lugar de criação de laços de amizade, de diversão, de ocupação dos tempos livres, de conversa, de desenvolvimento de atividades interessantes e, também, um lugar onde se vivenciam muitas experiências e onde ocorrem aprendizagens. A CRACS tem-se constituído como um espaço educativo particularmente significativo, no interior do qual, através da ação e na ação, tomando a iniciativa, arriscando e errando, muitas pessoas aprenderam, formaram-se e transformaram-se. Como afirma Belém Neto, "*houve erros que lá se cometeram, que se tivesse a experiência que tenho hoje provavelmente não se teriam feito*" (Belém

Neto), o que significa que a participação no movimento associativo encerra, em si mesmo, potencialidades educativas. Assim, é necessário estudar estas situações *"não a partir de qualquer intencionalidade educativa, mas em função da influência e dos efeitos educativos que originam, reconhecendo que muitas atividades da vida quotidiana, cujo objetivo não era educativo, provocam nos seus participantes mudanças nos conhecimentos, nas capacidades e nos comportamentos, decorrentes da aquisição de conhecimentos na ação e da capitalização das experiências individuais e coletivas"* (Medina, 2008, p. 332).

Analisando a evolução das aprendizagens é possível perceber que estas se foram alterando ao longo do tempo, devido à alteração no tipo de ação desenvolvida na coletividade, pois terminaram uma série de atividades e iniciaram-se outras. Foi possível constatar que há aprendizagens que são transversais a todas as épocas, nomeadamente, aprender a ser sócio e aprender a relacionar-se com os outros. Pode concluir-se que estas constituem dimensões centrais na participação no movimento associativo que, no entanto, se alteram ao longo do tempo. Na época do "barracão" ser sócio e participar ativamente na coletividade constituiu uma experiência com um profundo sentido para os participantes, pois nunca a tinham experienciado em nenhum âmbito da vida, tendo produzido resultados dos quais se sentiam orgulhosos. Na atualidade, os resultados da ação na coletividade não são percecionados pela comunidade local e pelos participantes de forma tão positiva, o que claramente interfere na forma como as pessoas se situam e analisam as suas experiências. A par das aprendizagens transversais existem outro tipo de aprendizagens mais específicas e particulares que dizem respeito ao tipo de atividades desenvolvidas pela associação e nas quais cada um opta por participar. Também estas sofrem alterações ao longo do tempo, isto é, na fase do "barracão" na qual estavam 6 secções a funcionar (teatro, folclore, bar, biblioteca, musica e desporto), existiam mais diversidade e maior número de atividades, o que significava que havia uma maior facilidade em entrar em contacto com as diferentes ações e através da participação mais ou menos ativa fazer aprendizagens. Na atualidade, havendo uma menor atividade (limitada à música, futebol e alguns passeios) existem menos situações passíveis de se tornarem em aprendizagens. Ambos os tipos de aprendizagem são influenciados pelo tipo de organização/gestão desenvolvido na associação, pois se a gestão é mais participada há mais possibilidades para as pessoas se envolverem ativamente e com isso aprenderem.

Em jeito de conclusão

O associativismo é um processo em constante transformação, porque se altera juntamente com a sociedade. Talvez nos últimos anos esta mudança tenha sido mais acelerada, pois a sociedade está a modificar-se mais rapidamente. Sendo um movimento local, está sujeito às influências globais e portanto não admite leituras simplistas sobre nenhum dos processos desenvolvidos.

No passado, todos os sócios eram voluntários e trabalhavam para a coletividade e na coletividade, gratuitamente. Atualmente, a situação não é a mesma. O bar está concessionado a alguém que não é sócio da coletividade; os dinamizadores de algumas atividades já não são voluntários. De alguma forma, pode dizer-se que a coletividade aluga os seus espaços a pessoas que, em diferentes áreas, desenvolvem a sua ação. Claro que tudo isto tem consequências, perdendo-se, pouco a pouco, o caráter de voluntariado e de militância que era característico destas associações.

Sendo Sousela uma pequena localidade rural, através da CRACS ficou conhecida em muitos outros lugares, o que remete para o impacto da CRACS não apenas em Sousela, mas também noutros contextos. Em Sousela, instituiu-se como polo dinamizador da localidade, na medida em que, para além das atividades por si realizadas, procurou desenvolver iniciativas com outras instituições como a escola, a junta de freguesia, a câmara municipal e até mesmo com empresários da região, envolvendo-os em projetos comuns.

Referências Bibliográficas

Berger, Guy. (2004). *Reflexões sobre democracia, participação e cidadania*. Cadernos ICE "Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local, 7, pp. 13-30.

Canário, Rui (2009). Associativismo e Educação Popular. Em Rui Canário, & Sónia Rummert, *Mundos do Trabalho e Aprendizagem* (pp. 133-154). Lisboa: Educa.

Cardoso, Carla (2013). *CRACS (Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Sousela): Percurso Histórico, Participação e Aprendizagens*. Porto: Tese de Mestrado, FPCEUP.

Ferreira, Fernando Ilídio (2011). A Animação Sociocultural, Associativismo e Educação. Em José Dantas Pereira & Marcelino de Sousa Lopes, *As fronteiras da Animação Sociocultural* (pp. 123-145). Chaves: Intervenção - Associação para a promoção e divulgação cultural.

Guerra, Isabel. (2006*). Participação e Ação Coletiva: Interesses, Conflitos e Consensos*. Estoril: Princípia.

Lima, Licínio (2005). A educação de adultos em Portugal (1974-2004): Entre as lógicas da educação popular e da gestão de recursos humanos. Em Rui Canário, & Belmiro Cabrito, *Formação de Adultos: Mutações e Convergências* (pp. 31-60). Lisboa: Educa.

Martins, Artur (s/d). *O Movimento Associativo Popular e a Democracia*. Obtido de http://www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=259 (online a 20 de Fevereiro de 2012)

Medina, Teresa (2008). *Experiências e Memórias de Trabalhadores do Porto. A Dimensão Educativa dos Movimentos de Trabalhadores e das Lutas Sociais*. Porto: Tese de Doutoramento, FPCEUP.

Medina, Teresa; Caramelo, João & Cardoso, Carla (2013). Associações culturais e recreativas - Dimensões educativas e processos de formação. *I Coloquio Internacional de Ciências Sociais e da Educação - O Não formal e o Informal em Educação: Centralidades e periferias*. (Comunicação não publicada).

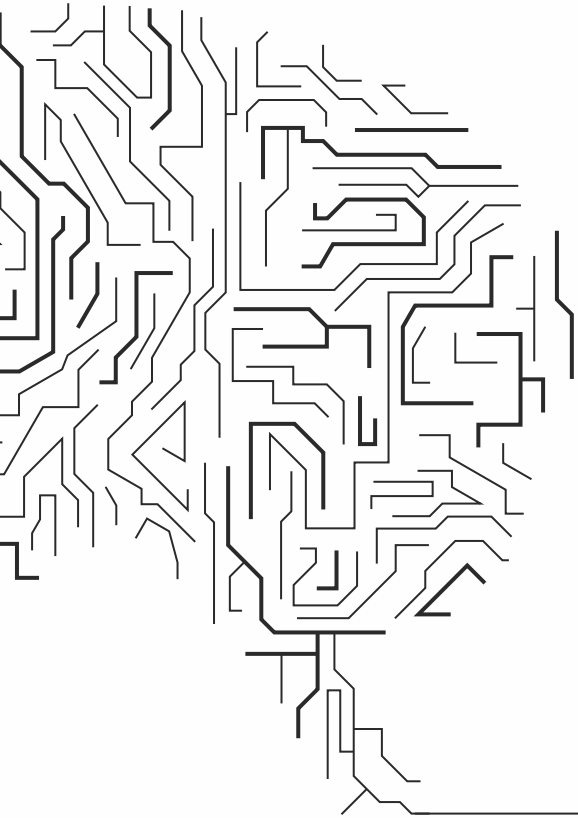
Yin, Robert K. (2009). *Case Study Reaserch: Design and Methods*. United States of America: Sage Publications.

MESA DO 3.º PAINEL

GUILHERME DA FONSECA,
FERNANDA SANTOS (MODERADORA)
E MARIA J. SANTOS.

Tema 3

“DEMOCRACIA, ASSOCIATIVISMO E **CONSTITUIÇÃO**”



GUILHERME DA FONSECA

JUIZ CONSELHEIRO JUBILADO

CONGRESSO

"DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO"

DEMOCRACIA, ASSOCIATIVISMO E CONSTITUIÇÃO
(o ensinamento português)

Sumário:

1 ¬ A Democracia, Associativismo e Constituição: realidades sempre presentes e convergentes em Portugal

2 ¬ Realidade histórica e assento nas leis fundamentais do País

3 ¬ A incidência constitucional das associações, pelo menos, de algumas

4 ¬ O futuro do associativismo e a Democracia consumada

1 ¬ A Democracia, Associativismo e Constituição: realidades sempre presentes e convergentes em Portugal

O título deste Painel parece-me perfeito, pois reflete atualmente a combinação de três realidades que no nosso Pais estão sempre presentes e convergentes.

Com efeito, o associativismo, à luz da Constituição da República Portuguesa (CRP), só se realiza na sua plenitude no quadro de uma democracia real fundada na vontade do povo livremente expressa. É mesmo parte integrante de um segmento dessa democracia, o da democracia participativa proclamada nas normas dos artºs 1º, 2º e 9º, c), da CRP.

Todos sabemos que a democracia é conatural à própria existência de uma comunidade e entendida, desde a civilização grega, como o governo do povo, pelo povo e com o povo; ela não é ditada de fora à comunidade, tem de emergir do seu seio, por via da expressão livre e espontânea das pessoas/cidadãos (e daí os maus resultados que atualmente se deparam quando se pretende impor de fora a democracia em certos povos).

Na sua essência, a democracia assenta na atribuição à vontade popular da função ativa na elaboração da decisão politica, qualquer que seja a sua vertente, legislativa e executiva. E, ao nível da construção dos Direitos do Homem, tem de reconhecer-se que se passa dos "direitos da resistência" para os "direitos de exigência", que pretendem do Estado uma intervenção ao nível social, económico e cultural.

2 ¬ Realidade histórica e assento nas leis fundamentais do País

Aliás, voltando ao associativismo, deparamos com uma forte tradição histórica no nosso País do associativismo – e interessa-me o associativismo popular -, fundado no direito fundamental de liberdade que é a liberdade de associação, solenemente proclamada na norma do artº 46º da CRP. É a garantia de que o associativismo está bem entranhado na consciência política e cívica das pessoas/cidadãos.

E fundado também no paradigma da solidariedade, que é um horizonte ideal da CRP, inscrito na norma do artº 1º e expressamente referida no seu texto (por exemplo, a norma do artº 82º, do nº 4º, d), referindo a solidariedade social, a nível dos setores de propriedade dos meios de produção). Sem esquecer a lei civil, pois, desde o Código Civil de 1867 ao atual Código, sempre estiveram previstas as associações nesses códigos[4].

Ora, é inquestionável que o movimento do associativismo popular, que terá nascido ainda no séc. XVIII e depois foi rapidamente evoluindo, é um dos pilares da sociedade civil e nele se inscrevem inúmeras coletividades, da mais diversa natureza, com o seu dinamismo sociocultural. São especialmente conhecidas as coletividades de cultura, recreio e desporto, mas há outros movimentos da mesma natureza, como sejam, o cooperativismo, o mutualismo, as organizações de moradores/associações de moradores, o sindicalismo e a ação política, de tal modo que será impossível organizar uma lista de toda essa realidade. Só para referir aquelas coletividades, o número total é de 30.122 (cfr. Liderança Comunitária, Abril 2013).

Realidade que, naturalmente, se impôs ao legislador constituinte, logo no tempo da monarquia (a norma do artº 14º da Constituição de 1838, a Constituição Politica da Monarquia Portuguesa, de 4 de Abril de 1838, consagrou o direito à liberdade de associação, sendo curioso que a norma do artº 1º dessa Constituição dizia que a "Nação Portuguesa é a associação politica de todos os portugueses"). Passou depois para a Constituição de 1911, mas antes, uma lei de 14 de Fevereiro de 1907 já aprovara a liberdade de associação sem autorização prévia e para a Constituição Politica de 1933, embora com o condicionamento de leis especiais. E hoje, aquela liberdade está solenemente proclamada na norma do artº 46º da Constituição da República Portuguesa de 1976, uma liberdade de associação "sem dependência de qualquer autorização", aliás, já anunciada no Programa do Movimento das Forças Armada (MFA), saído da Revolução de Abril de 1974.

---

[4] Assim, no Código de 1867, no titulo relativo às pessoas morais, determinando o artº 39º que as "associações de interesse particular são regidas pelas regras do contrato de sociedade", e no atual Código Civil, nos artºs 157º e seguintes, com a atualização decorrente da Lei nº 40/2007 de 24 de Agosto (lei que criou um regime especial de constituição imediata de associações, as chamadas "associações na hora").

Aquela mesma norma do artº 46º consagrou o principio da independência ou autonomia das associações, que "prosseguem os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas atividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial" (nº 2), a que acresce o principio da livre inscrição dos associados, pois ninguém "pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela" (nº 3).

Mas, atenção, há dois tipos de proibições que decorrem da norma do artº 46º: por um lado, as associações não podem destinar-se "a promover a violência", nem os seus fins podem ser "contrários à lei penal" (nº 1); por outro, não são "consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista " (nº 4). Além destas restrições/proibições, há ainda a restrição ao exercício do direito de associação prevista na norma do artº 270º, que a lei pode estabelecer relativamente a "militares e agentes militarizados dos quadros permanentes em serviços efetivos" e a "agentes dos serviços e das forças de segurança", na estrita medida das "exigências próprias das respetivas funções".

3 ¬ A incidência constitucional das associações, pelo menos, de algumas

Não fica por aqui, porém, a previsão do associativismo na CRP, aliás, na peugada da caracterização do Estado de direito democrático que se colhe da norma do artº 2º, pois ele visa, entre o mais, "o aprofundamento da democracia participativa", ou seja, entre outros, o exemplo do envolvimento e da participação dos cidadãos e das pessoas coletivas no movimento associativo (também a norma do artº 9º, c), se refere à participação democrática dos cidadãos).

Sem querer esgotar o assunto, registo que as associações, independentemente da sua qualificação e do seu *nomen júris*[5], encontram assento

[5] Pode ser avançada uma tipologia das associações, passando pelas associações de integração social, como sejam as desportivas, culturais e recreativas, pelas associações de defesa de interesses de grupo de que são exemplo os sindicatos, e as associações que expressam os novos movimentos sociais, como sejam as ecologistas e ambientais e as de defesa dos direitos de cidadania.

expressamente em múltiplas normas da CRP, destacando, com específica incidência no tema presente, as seguintes:

a) a do nº 3 do artº 52º, conferindo "o direito de ação popular nos casos e termos previstos na lei" a "associações de defesa dos interesses em causa", de acordo com a definição constante dessa mesma norma (por exemplo, a defesa da "preservação do ambiente" e do "património cultural);

b) a do nº 2, d), do artº 59º, prevendo a "cooperação com organizações sociais" para o "desenvolvimento sistemático de uma rede de centros de repouso e de férias", entre os direitos dos trabalhadores, relativamente às "condições de trabalho, retribuição e repouso";

c) a do nº 3 do artº 70º, facultando a colaboração com Estado das "organizações de moradores (d)as associações e fundações de fins culturais e (d)as coletividades de cultura e recreio" e ainda "as organizações juvenis", na prossecução dos objetivos prioritários fixados para a politica de juventude, segundo o disposto do nº 2;

d) a do nº 3 do artº 71º, incumbindo o Estado de apoiar "as organizações de cidadãos portadores de deficiência";

e) a do nº 3 do artº 73º, facultando a colaboração com o Estado das mesmas organizações identificadas na alínea c) e ainda "as associações de defesa do património cultural", no que toca a promover "a democratização da cultura";

f) a do nº2 do artº 79º, reportando-se às "associações e coletividades desportivas "e a sua colaboração com o Estado quanto à cultura física e desporto;

g) as dos artºs 263º, 264º e 265º, preenchendo o importante capítulo das organizações de moradores do titulo VIII – Poder Local, com regras que definem a sua constituição e área, a sua estrutura, os seus direitos e competência (há outros aspetos desse capítulo ainda por regular na lei[6], o que constitui um caso de inconstitucionalidade por omissão);

h) a do nº 1 do artº 267º, que, relativamente à estrutura da Administração Pública, refere, a par das associações publicas, definidas no nº 4 do mesmo preceito, as "organizações de moradores e outras formas de representação democrática".

É todo um universo que se colhe da CRP e revela o papel importante das associações ou organismos equiparados na intervenção, a par do Estado e com o seu incentivo, em múltiplos sectores, participando nas decisões politicas que têm

[6] É a lei a que se refere o nº 1 do artº 264º e o nº 2 do artº 265º, normas remissivas para leis que ainda não foram editadas, nem sequer constaram ainda de propostas ou projetos de lei.

a ver com a nossa vida social multifacetada e na nossa vida económica. E deixo à margem as referências expressas da CRP às associações de moradores, às associações representativas da família, às associações de professores, de alunos e de pais, ao associativismo dos agricultores e dos trabalhadores rurais[7].

Como se vê, uma realidade de um coletivo ou conjunto personalizado de cidadãos, enquanto tais, independentemente do seu estatuto, com um papel decisivo na prática da solidariedade social, e com apelo a grupos de voluntariado de proximidade.

É esta importância do papel desempenhado pelas associações que mereceu, e bem, largo acolhimento na CRP, em termos e circunstâncias que certamente não vão desaparecer no futuro, pesem todos os obstáculos que o Poder Politico queira levantar, sobretudo, a nível económico – financeiro (repare-se que só com a Lei nº 34/2003, de 22 de Agosto, é que a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto ganhou o estatuto de parceiro social).

4 ¬ O futuro do associativismo e a Democracia consumada

Para o futuro a questão é outra, a de saber se vamos caminhar para uma Democracia consumada ou só para uma Democracia possível e formal, como é a que hoje conhecemos, no nosso País.

Com o 25 de Abril de 1974, a Democracia, que renasceu das trevas do período do Estado Novo ditatorial e colonialista, encontrou condições favoráveis para se implantar e desenvolver-se, à luz de uma lei Fundamental, que é uma bandeira do 25 de Abril de 1974, apesar de todas as revisões constitucionais, sete, até hoje, que deformaram e subverteram o texto originário de 1976.

---

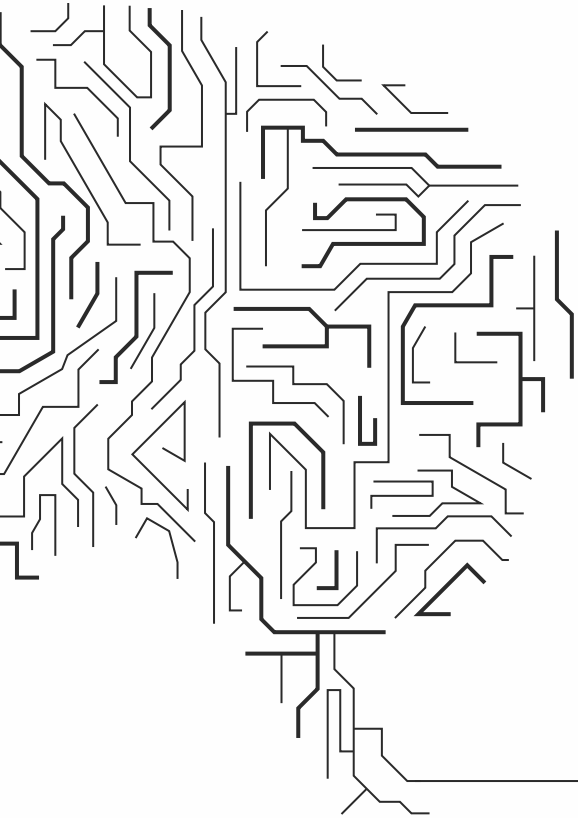
[7] Ainda de fora, por não se integrarem verdadeiramente no movimento associativo popular, ficam as associações e partidos políticos, as associações sindicais, as comissões de trabalhadores, as comissões de utentes e, em geral, todo o sector cooperativo, o que constitui todo um mundo contemplado na CRP.

Todavia, decorridos já 40 anos da nova República, não pode, em bom rigor, afirmar-se que o caminho da Democracia chegou ao fim e ela está consumada. Muito foi feito, para falar só em direitos fundamentais/direitos humanos, no sentido mais abrangente possível, sobretudo, a nível legislativo, dando cumprimento aos ditames da CRP, mas ainda há défices, e, no plano prático, não se pode dizer que os cidadãos estejam eficientemente e prontamente protegidos, ou que se sintam à vontade no exercício dos direitos de liberdade. Muito há ainda a percorrer para vencer a verdadeira e plena Democracia.

Nesta conjuntura atual de mais de uma década do séc. XXI, em que tanto se fala em crise, num quadro de globalização, arrisco-me a afirmar que houve e se mantem uma situação de regressão ou de retrocesso social, com malefícios para os cidadãos e para o seu quotidiano. E até com ameaças que podem decorrer de uma próxima revisão constitucional.

No fundo, é o resultado do reacionarismo das classes dominantes, que nunca despegaram do *statu quo* que lhes era favorável em 1974, antes do 25 de Abril, e sempre quiseram recuperar as posições perdidas. Como ouvi já dizer, é um PREC da direita, com todo o sentido negativo que se queira imprimir-lhe.

Contentemo-nos, pois, com uma Democracia possível, mas continuemos a marcha para uma Democracia consumada e que seja efetivamente participada pelos cidadãos, na qual o associativismo tem um papel relevante (com os efeitos cívicos e democráticos das associações que se desenvolvem a três níveis; a nível individual, contribuindo para a transformação da consciência social e politica; a nível da esfera pública, enriquecendo o processo deliberativo; a nível institucional). É uma designada "democracia associativa" que merece a nossa luta, com os benefícios para a educação cívica dos cidadãos, a par do acento tónico posto nas relações institucionais entre o Estado e as associações.



MARIA JOÃO PAIVA DOS SANTOS

JURISTA E CONSELHEIRA
NACIONAL DA CPCCRD

CONGRESSO

"DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO"

ASSOCIATIVISMO E CONSTITUIÇÃO

Sumário:

Introdução

1 ¬ Princípios gerais

2 ¬ Princípio da Autonomia

3 ¬ Princípio da Parceria

3.1. Na área da juventude

3.2. Na área da educação, cultura e ciência

3.3. Na área da cultura física e desporto

3.4. No Poder Local

4 ¬ Comparação entre o constitucionalmente consagrado e a prática no país

Conclusão

Introdução

*"A Associação precisa primeiro de **LIBERDADE –** onde ganha raízes de sua essência de voluntariado, de afirmação de direitos e deveres, da crença que não há Associação se ela não se forjar numa dinâmica de inclusão, de adesão, de partilha. Uma Associação nasce na Liberdade, nas vontades que se juntam para atingir objetivos.*
*O próximo pilar é o da **DEMOCRACIA –** onde se destaca o debate de ideias, a valorização do pluralismo, a eleição dos dirigentes, a gestão democrática, a certeza que cada um na sua individualidade é uma força que contribui para a construção da diversidade do que é uma Associação".*

In site da AAEJ

Quanto recebi o convite para participar no Congresso Democracia e Associativismo e, em concreto, no painel subordinado ao tema Associativismo e Constituição, para além de ficar apreensiva com a responsabilidade e o desafio, pensei logo na necessidade de abordar o tema do ponto de vista prático, ou seja, para além de fazer uma viagem sobre os artigos constitucionais que abordam a temática genérica do associativismo e mesmo em específico, do movimento associativo popular, entendi como pertinente também refletir sobre a forma como, atualmente, nesta área, se está ou não a cumprir a Constituição da República Portuguesa.

Assim, partindo da premissa que a Constituição da República consagra dois princípios base para o associativismo, o da Autonomia e o da Parceria e, demonstrando o seu reflexo no articulado constitucional, a minha intervenção termina com exemplos de aplicação (ou não) dessas disposições da lei fundamental, procurando fazer um retrato da realidade.

1 ¬ Princípios gerais

Antes propriamente de entrar na análise dos princípios gerais importa referir que a Constituição da República Portuguesa consagra a faculdade de criar associações e de o cidadão se associar como um direito fundamental no título dos direitos liberdades e garantias e, em concreto, no capítulo dos direitos, liberdades e garantias pessoais. A lei fundamental dá assim um importante relevo à livre associação enquanto um direito fundamental do cidadão pleno.

Quanto à abordagem que optei por fazer ao tema Associativismo e Constituição, importa referir que a mesma assenta no pressuposto da existência de dois princípios gerais consagrados constitucionalmente no que ao associativismo diz respeito.

O primeiro é definido como o princípio da autonomia, expresso no artigo 46.º sobre a epígrafe "liberdade de associação".

O segundo, não está diretamente consagrado num artigo específico da Constituição, mas tem reflexos em várias disposições do texto constitucional. Trata-se do princípio que intitulei como Princípio da Parceria, algo que está no próprio espírito constitucional, ou seja, que o Estado na prossecução dos seus fins necessita da colaboração de outras entidades de natureza diferente, fazendo parte desse conjunto de entidades instituições associativas e especificamente, o movimento associativo popular.

Importará aqui fazer uma ressalva para aquilo que entendi como sendo o movimento associativo popular, conceito consagrado legalmente na Lei n.º 34/2003, de 22 de agosto, lei designada de "Reconhecimento e Valorização do Movimento Associativo Popular".

Na verdade, este conceito acaba por encerrar as tradicionais coletividades de cultura, recreio e desporto (sem querer entrar na discussão, mais ou menos acalorada, sobre o conceito de coletividade) e, numa tradução um pouco mais moderna e aproximada aos estatutos da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, todas aquelas associações sem fins lucrativos que se dediquem à atividade cultural, recreativa ou desportiva.

2 ¬ Princípio da Autonomia

Já acima foi referido que este princípio está consagrado no artigo 46.º da Constituição, sendo que esta liberdade pessoal, como é tipificada, encerra uma dupla determinação.

Numa primeira vertente, este artigo prevê que o cidadão é livre de constituir uma associação sem qualquer tipo de dependência ou limitação que não os fins prosseguidos (não se permitindo, naturalmente, associações que prossigam fins contrários à lei) e doutro modo, que ninguém pode ser obrigado a pertencer ou a permanecer numa associação.

Esta livre associação é bem diferente do conceito de associativismo consagrado na constituição do "novo regime", onde se previa, por exemplo, que uma mulher para ser associada de determinada coletividade tinha que ter autorização do marido ou do pai, consoante os casos.

Numa segunda vertente, consagra-se que o Estado (autoridades públicas) não pode exercer qualquer tipo de ingerência na vida das associações, estas têm a sua independência e autonomia garantidas constitucionalmente. As leis ordinárias, dentro do enquadramento constitucional, vêm depois determinar as exceções a essa não ingerência, prevendo as situações e formas em que o Estado, enquanto autoridade, pode ter intervenção direta na vida associativa.

São disso exemplo as situações de prossecução de fins contrários à lei ou as situações de extinção das associações por força de processos judiciais.

3 ¬ Princípio da Parceria

São variados os exemplos de parceria (pelo menos teórica) entre o Estado e o Movimento Associativo e, em particular, as referências às coletividades de cultura, recreio e desporto.

Ainda assim, antes de entrar nesta viagem pela Constituição da República Portuguesa, importa esclarecer porque optei pelo termo "parceria" e não "cooperação" ou "colaboração", até tendo em conta que a palavra utilizada pelo

texto constitucional é mesmo "colaboração". Esta questão foi alvo de debate e de diferentes posições no decorrer do Congresso.

Sem grandes preocupações semânticas, a opção pelo termo parceria tem a ver com o facto de entender que o que a Constituição prevê é que o Estado para cada uma das suas funções se relacione com entidades com quem possa colaborar na prossecução daquele fim específico.

Mais, que essa previsão encerra em si uma forma concreta de colaboração: a parceria. Ou seja, não se pretende que o Estado determine, defina, decida e que a cooperação com as outras entidades de natureza diferente se resuma à execução de diretivas determinadas por quem detém o poder.

Pelo contrário, a forma como entendo esta cooperação e como julgo (modéstia à parte) que o legislador constitucional entendeu, significa que a parceria está em todo o processo, ou seja, o associativismo deve colaborar com o Estado enquanto parceiro definindo as políticas, as estratégias e as atividades, colocando-as em prática. Só assim se podem percebem as previsões constitucionais em matéria de juventude, da cultura, da atividade física, etc.

Ao contrário do que alguns defendem, eu não entendo por parceria uma relação necessariamente entre entidades com o mesmo poder ou função. Parceiro é aquele que sendo diferente, tendo poderes diferentes, funções distintas, responsabilidades díspares, é (ainda assim) tratado como igual na sua importância, com direitos e deveres.

Parceria encerra, na minha opinião, a maior e mais transparente forma de colaboração onde os parceiros prosseguem um mesmo fim, com responsabilidades, meios e níveis de intervenção diferentes. Onde os direitos e os deveres de cada um estão claros, definidos e onde cada entidade tem um papel determinado em função da sua natureza e no sentido da rentabilização de recursos para o alcançar do objetivo proposto.

Um bom exemplo da realidade acima exposta são as parcerias comunitárias onde, segundo Chavis (2001), "*uma parceria pode ser definida como um processo de colaboração que implica a criação de relações de confiança, a partilha de conhecimentos e de liderança*".

Parceria nada tem a ver com o que acontece atualmente em que o movimento associativo raramente é chamado a intervir na definição das políticas desportivas, culturais, associativas para o país (partindo do pressuposto que tais políticas existem), mas acaba, isso sim, por substituir o Estado nas suas funções sociais.

Não quis deixar de realçar esta questão de clara escolha da palavra "parceria" que, nesta minha interpretação, é sinónimo de transparência. Onde há verdadeira parceria, os parceiros conhecem as regras e estas são cumpridas. Onde há parceria de corpo inteiro há assunção de diferentes responsabilidades tendo em conta o tipo de parceiros, sua natureza e é onde existe solidariedade, diálogo e avaliação constantes.

3.1 ¬ Na área da juventude

A Constituição da República Portuguesa na sua Parte I, subordinada à temática dos direitos e deveres fundamentais, em concreto no Título III – direitos e deveres económicos, sociais e culturais – Capítulo II (direitos e deveres sociais), aborda a questão da juventude e das organizações juvenis.

É exatamente nesta área e especificamente no artigo 76.º da Constituição, que surge o primeiro exemplo de parceria constitucionalmente consagrada entre o Estado e as coletividades, neste caso, de cultura e recreio.

Determina o texto constitucional que o Estado deve fomentar e apoiar as organizações juvenis em colaboração, em parceria com várias entidades da chamada sociedade civil, entre as quais as coletividades de cultura e recreio.

3.2 ¬ Na área da educação, cultura e ciência

Também na área da educação, cultura e ciência a Constituição, no seu artigo 73.º, prevê o trabalho em parceria entre o Estado e o associativismo logo à partida naquilo que é consagrado como um direito cultural, ou seja, o direito à educação e à cultura. É a lei fundamental que determina que o

Estado deve disponibilizar aos cidadãos o livre acesso à educação e à cultura e que, para o fazer, no sentido da democratização da cultura, conta com a cooperação de várias entidades sem fins lucrativos, entre as quais as coletividades de cultura e recreio.

3.3 ¬ Na área da cultura física e desporto

Exatamente sob o mesmo capítulo – direitos e deveres fundamentais – prevê a Constituição que o Estado, em parceria com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promova, estimule, oriente e apoie a prática e a difusão da cultura física e do desporto.

Neste caso, é de realçar a conceção da Constituição de 1976 (ainda vigente) sobre o desporto e aquilo que hoje se denomina por atividade física como sendo um direito cultural que deve ser promovido e apoiado.

Este reflexo, no texto constitucional daquilo que designei como Princípio da Parceria, é talvez o mais emblemático do alcance que pretendi dar a este mesmo princípio, indo além da colaboração ou cooperação, afirmando-se como parceria.

O artigo 79.º, nomeadamente no seu número 3, elenca em minha opinião, toda a dimensão constitucional deste Princípio da Parceria, ou seja, o texto do referido número 3 atribui ao Estado e às entidades parceiras obrigações que não são executadas de forma exatamente igual, mas a verdade é que nenhum parceiro é excluído desta ou daquela ação. Neste exemplo, Estado e coletividades ou clubes desportivos devem promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto. Nenhuma das entidades é excluída de qualquer das fases, tendo sim funções e responsabilidades diferentes em cada uma das situações elencadas.

Arrisco-me a afirmar que o legislador constitucional quis que as coletividades e clubes desportivos pudessem também participar na definição das políticas públicas para o desporto e para a atividade física e ainda, nas estratégias de implementação e execução.

3.4 ¬ No Poder Local

Na Parte III da Constituição, dedicada à Organização do Poder Político, surge o último exemplo que refiro do Princípio da Parceria entre Estado e Associativismo, neste caso, no que ao Poder Local diz respeito.

A Constituição prevê, em paralelo com os municípios e as freguesias, a figura das organizações de moradores (vide artigo 263.º), determinando que as mesmas têm como objetivo "*intensificar a participação das populações na vida administrativa local*", tendo uma área de intervenção territorial inferior à da freguesia.

Ora estas organizações de moradores, mais não são que pessoas coletivas de direito privado (organizações destinadas à prossecução de fins ou interesses, a que a ordem jurídica atribui a suscetibilidade de serem titulares de direitos e obrigações, do tipo associação (têm como substrato um conjunto de pessoas) e sem fins lucrativos, ou seja, são entidades do movimento associativo a quem a Constituição atribui funções de verdadeiro poder local e de veículo de aproximação da democracia participativa à democracia representativa.

Com este exemplo facilmente se constata que o Princípio da Parceria consagrado constitucionalmente, no que ao associativismo diz respeito, não tem só expressão ao nível da promoção de determinadas atividades que possibilitem ou potenciem o efetivar de direitos fundamentais de cada cidadão português.

Na verdade, esta parceria atribui ao parceiro associativismo (às associações sem fins lucrativos), tal dignidade que o considera fundamental até para a democracia, sua prática e aprofundamento, colocando-o ao nível das entidades do Poder Local, como um verdadeiro poder que também é local.

4 ¬ Comparação entre o constitucionalmente consagrado e a prática no país

Para começar esta abordagem final, importa referir que pretendo apenas realçar o facto de os poderes públicos, especialmente o Poder Central (se bem que

algum Poder Local também), ainda não terem colocado em prática esta visão global e inteira que a Constituição da República Portuguesa consagra no que ao associativismo diz respeito. Tal insuficiência é muitas vezes espelhada nas leis ordinárias produzidas e vigentes, no seu incumprimento ou mesmo na falta de disposições legais essenciais para a afirmação do movimento associativo enquanto parceiro de direito.

Se é verdade que o Princípio da Autonomia é, em regra, respeitado, já que qualquer cidadão é livre de se associar, ninguém é obrigado a fazer parte de uma associação e o Estado não se intromete na vida associativa, exceto nos casos expressamente previsto por lei, já não será tanto assim no que ao Princípio da Parceria diz respeito.

Na realidade, da experiência apreendida nesta área e nesta matéria, raras são as vezes em que as instituições de caráter associativo e o movimento associativo popular em particular são chamadas a serem parceiros na definição e execução de políticas para a juventude, desporto e cultura.

Por outro lado, as organizações de moradores são ilustres desconhecidas, sendo que o associativismo de moradores está hoje essencialmente ligado à reconversão urbanística e não é Poder Local, não é motor da democracia e meio de aproximação dos cidadãos à democracia representativa e vice-versa.

No caso concreto do movimento associativo popular, importa realçar que só em 2012 a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto teve assento no Conselho Nacional do Desporto e no Conselho Nacional para a Economia Social.

A ausência desta Confederação (tão contestada) no Conselho Nacional do Desporto verificou-se, durante vários anos, não obstante o facto de serem as coletividades de cultura, recreio e desporto a verdadeira base de toda a atividade física e desportiva e até do desporto federado no país.

Já o assento no Conselho Nacional para a Economia Social foi alcançado de forma mais rápida, contribuindo decisivamente para esse desfecho o facto das coletividades de cultura, recreio e desporto representarem mais de 50% das entidades da chamada economia social.

De realçar ainda assim, pela negativa, o facto do movimento associativo popular e a sua entidade de topo, a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, ainda não ter assento no Conselho Economico e Social, apesar da Lei n.º 34/2003, de 22 de agosto, atribuir àquele o estatuto de parceiro social em claro cumprimento do consagrado na Constituição da República Portuguesa.

Conclusão

Mais em jeito de síntese que propriamente de conclusão, até porque esta é uma matéria dinâmica e passível de diferentes interpretações, gostaria de referir que a forma com a Constituição de 1976 aborda a questão do associativismo emana, na minha opinião, de um conceito puro e pleno de democracia onde Estado e sociedade civil, nas suas diferenças, concorrem para o bem de um povo. Onde um associativismo autónomo e parceiro, com direitos e deveres, relacionando-se de forma transparente com os poderes (os outros poderes), colabora para a efetivação de direitos, liberdades e garantias, de diferentes níveis e para todos.

Em suma, a aplicação total e efetiva da Constituição da República Portuguesa resultaria no reconhecimento e afirmação do associativismo enquanto motor social imprescindível, regulador, potenciador e líder na defesa dos direitos consagrados no texto constitucional e na restante legislação, bem como na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Uma nota final para referir que, apesar dos constrangimentos atuais, dos incumprimentos, incompreensões e indiferenças, o movimento associativo popular, mesmo nas dificuldades, foi, é e será base e indicador na construção da cidadania plena, reforçando direitos e corrigindo injustiças.

MESA DO 4.º PAINEL

TERESA VICENTE,
ARTUR MARTINS (MODERADOR)
E MANUEL MOREIRA.

Tema 4

“O PODER LOCAL E O **MOVIMENTO ASSOCIATIVO**”

INtErvenção

MANUEL MOREIRA

PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL
DE MARCO DE CANAVEZES

CONGRESSO
"DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO"

O PODER LOCAL E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

- Exmo. Presidente da Confederação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, Dr. Augusto Flor
- Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Loures, Dr. Bernardino Soares
- Caras e Caros Congressistas
- Comunicação Social

Quando falamos de Poder Local estamos, de uma maneira geral, a pensar nas autarquias locais existentes, isto é, nas freguesias e nos municípios e, ainda, nalguns casos, na autarquia que falta na arquitetura da administração pública portuguesa, a região.

No entanto, há outras formas de exercício de poder local efetivo por parte das populações organizadas, com o objetivo de resolver problemas concretos e imediatos, de suprir lacunas na vida das populações, de responder a aspirações de

participação, de realização coletiva e individual. Falo, concretamente, das mais diversas expressões que o movimento associativo assume a nível local.

Antes de mais, importa que nos situemos, ainda que sumariamente, no quadro geral da evolução do movimento associativo em Portugal. Este teve nos primórdios do século XIX o seu primeiro momento de implantação e expansão. Abolidas que foram as Corporações (por decreto de 1834, no contexto da revolução liberal), e iniciado então um tímido surto industrial, começam a surgir associações populares para responder às dificuldades quotidianas dos trabalhadores.

Não admira, portanto, que as associações voluntárias sejam caracterizadas pelos sociólogos e historiadores como uma forma inovadora de organização da vida coletiva, tradutora da crescente diferenciação social e funcional própria das sociedades modernas.

Nos países onde a mudança social foi mais lenta e tardia, como é o caso de Portugal, o associativismo teria menor expressão, embora os cidadãos mais esclarecidos apontassem as vantagens das associações para o progresso da Nação.

Com a implantação do Regime Liberal, em Portugal, no início do século XIX, a importância do princípio da associação entrou no horizonte dos propósitos legislativos do Estado. Porém, só com a modificação institucional subsequente se criaram as condições adequadas para a concretização de propostas desta natureza, nomeadamente pela emergência do conceito de cidadão enquanto indivíduo dotado de direitos e liberdades, entre os quais se foi afirmando o direito e a liberdade de associação.

O direito de associação, embora fosse apresentado como parte dos direitos e liberdades dos cidadãos, era olhado com reservas. Por exemplo, as associações e as sociedades de utilidade pública que se dedicavam a fins económicos, culturais e recreativos, ainda que do ponto de vista dos princípios fossem consideradas desejáveis, não tiveram durante muito tempo um quadro legal adequado. A sua existência formal dependia da publicação de Decretos e Portarias para a aprovação dos respetivos estatutos, o que sucedia de modo casuístico.

Apenas em 1867, com a publicação do Código Civil, passou a existir um enquadramento jurídico sistematizado e uniforme sobre o assunto. Quanto às

associações e sociedades com fins particulares, sobretudo as constituídas com finalidade económica, gozavam do devido suporte jurídico desde 1833, data da publicação do Código Comercial.

É portanto compreensível que, no início do século XX, o número de associações existentes em Portugal fosse reduzido e pouco diversificado nos seus fins. Com a instauração da República, o associativismo ganhou novo impulso, designadamente no apoio aos sindicatos agrícolas enquanto entidades de crédito agrícola.

O Estado Novo aproveitou o potencial do movimento associativo, enquanto instrumento de organização social para submeter os cidadãos a um sistema rígido de controlo, com a criação de "organizações estatais" de adesão obrigatória, por vezes com dispensa da necessidade de inscrição. São disso exemplo incontornável os Grémios da Lavoura, as Casas do Povo e as Casas de Pescadores.

Com a Revolução do 25 de Abril de 1974, abrem-se novos horizontes ao associativismo. Para lá do estímulo à participação popular, verifica-se um reconhecimento efetivo de liberdades e direitos de cidadania, patente na eliminação da ligação obrigatória a determinadas organizações.

Não surpreende, pois, que em pleno período revolucionário tenham surgido também diversas associações e movimentos políticos, um resultado direto e imediato da conquista da liberdade de expressão.

Contudo, ao nível local, em meio rural, apenas foram surgindo algumas iniciativas de carácter humanitário, recreativo, cultural ou desportivo, muitas das vezes por fragmentação das organizações existentes: ou era o grupo desportivo, o rancho folclórico ou o grupo de cantares que, saído da Casa do Povo, se autonomizava e, nalgum dado momento, se legalizava. Noutras ocasiões, tratava-se de grupos que surgiam como novas iniciativas, quase sempre na forma de associações culturais, desportivas e recreativas.

As "organizações estatais" do Estado Novo sofrem grandes alterações, mas o Estado pós-revolução 25 de Abril não remete para o povo a decisão do rumo a seguir, impõe inicialmente um caminho. As Casas do Povo veem os seus fins

reformulados, os Grémios da Lavoura são extintos e transformados em cooperativas agrícolas. Depois de um longo período de negação dos direitos de expressão e reunião nos quase 50 anos do regime salazarista, é natural que o número de iniciativas não fosse abundante nem diverso.

Volvidos 40 anos sobre a conquista da liberdade democrática, existem atualmente em Portugal cerca de 29 mil associações culturais, recreativas e desportivas, dirigidas por cerca de 425 mil dirigentes, sendo que cerca de metade dessas mesmas associações se constituíram após o 25 de Abril de 1974.

A par das associações de cultura, recreio e desporto, muitas das quais diversificaram as suas atividades, emergiram outros tipos de associativismo. Por exemplo, de defesa do património, dos consumidores e dos moradores bem como de apoio às vítimas. Refira-se ainda o associativismo juvenil e de estudantes ou o centrado no ambiente e ecologia, bem como as associações de pais e de famílias e ainda de pessoas com deficiência.

No começo da década de 80 do século XX, surgem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). No final da década, fundam-se as primeiras organizações focadas nas preocupações de desenvolvimento integrado, rural, local, comunitário, social, etc.

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, multiplicaram-se as oportunidades de participação da sociedade civil, através das suas organizações em projetos e ações que foram sendo patenteadas sucessivamente nos regulamentos dos quadros comunitários de apoio ao desenvolvimento do País.

O reconhecimento da importância das organizações da sociedade civil cresce e alastra, e sinal disso mesmo se encontra, de modo bem patente, no preâmbulo do parecer do Comité Económico e Social Europeu (2006). Aqui se lavrou a seguinte declaração e passo a citar: *"nos últimos 10 a 15 anos, o interesse das instituições europeias por um diálogo com a sociedade civil, em particular a sociedade civil organizada europeia, não parou de aumentar. De facto, as instituições reconheceram que não pode haver boas decisões políticas sem que os cidadãos sejam ouvidos e sem que as pessoas, a quem as decisões comunitárias dizem respeito, participem no processo e dêem o seu aval"*.

"Para que haja participação é necessária motivação, **isto é, comportamentos visando um objetivo."**

A emergência e a maior visibilidade social das organizações da sociedade civil nas suas várias formas e denominações (associações, fundações, federações, cooperativas, etc.), frequentemente agrupadas como "Organizações Não Governamentais" (ONG), constituindo o chamado terceiro sector – ou seja, aquelas organizações que não sendo Estado, produzem bens e serviços de interesse geral e que, embora sejam privadas, não têm como objetivo principal a apropriação individual do lucro - tem duas "causas" principais. Por um lado, a necessidade de superação da dualidade público/privado e, por outro lado, a crença de que este novo sector pode dar as respostas que o Estado (primeiro sector) já não dá nem pode dar, e que o mercado (segundo sector) não procura dar.

Caras e caros congressistas,

Neste ano de 2014, celebramos os 40 anos da Liberdade e da Democracia, reconquistada em 25 de Abril de 1974. Deste modo, os Portugueses reassumiram a sua plena cidadania.

O Movimento Associativo no nosso País, neste novo tempo, ganhou outra força, dinâmica e responsabilidade. Os cidadãos sentiram um impulso natural para se associarem, criando novas instituições e coletividades em Portugal – no plano cultural, social, desportivo, recreativo e humanitário – ou tornando-se sócios das já existentes dando-lhes um novo ímpeto e vitalidade.

Assim, milhares e milhares de Portugueses sentiram a liberdade e a necessidade de participarem, exercendo voluntariamente a sua cidadania como associados e dirigentes no Movimento Associativo.

O Movimento Associativo em Portugal procurou, ao longo dos anos, conseguir o reconhecimento e a valorização por parte dos poderes públicos instituídos, com a consagração do Estatuto de Parceiro Social e também o de Dirigente Associativo.

Igualmente se procurou melhorar a implantação e a organização, no País, do Movimento Associativo desde a base até à cúpula, com a criação das Associações Concelhias, das Federações Distritais e da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.

Querendo contribuir para estes objetivos, como cidadão comprometido com o associativismo e dirigente de várias instituições/coletividades e ainda na qualidade de Vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, propus a realização do Encontro Concelhio das Coletividades para refletir sobre a força e a importância do Movimento Associativo Gaiense e ponderar a criação da Associação das Coletividades de Vila Nova de Gaia.

Cumpre também recordar que, em 2004 e 2005, na minha qualidade de Governador Civil do Distrito do Porto, promovi as duas primeiras Convenções Distritais do Movimento Associativo, respetivamente na cidade do Porto – no Seminário de Vilar – e na cidade de Vila Nova de Gaia – no Auditório Municipal. Nesta última, propus – e foi aprovada – a criação da Academia das Coletividades do Distrito do Porto, como uma escola de formação dos Dirigentes Associativos.

Caras e caros congressistas,

As associações locais são, cada vez mais, um elemento fundamental no incremento da participação cívica e, como tal, agentes privilegiados de democratização no sentido da democracia participativa. Assumem-se, assim, como uma peça importante na participação para o desenvolvimento social dos cidadãos e das comunidades locais.

A participação individual estimula a integração do indivíduo na identificação e seleção das respostas aos seus problemas pessoais, transpondo para o espaço público os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, propiciando a participação coletiva, numa ação organizada em prol do bem

comum e da resolução de problemas de ordem social, cultural ou mesmo económica procurando, naturalmente, respostas de interesse geral.

Para que haja participação é necessária motivação, isto é, comportamentos visando um objetivo. Mas para que estes tenham carácter coletivo, a solução tem de exceder as capacidades individuais, obrigando, para construir respostas, a esforços conjuntos e articulado em torno de objetivos comuns. Dito de outra forma, exigem organização ou mesmo institucionalização da ação para que ela tenha legitimidade e seja reconhecida.

Todos conhecemos a importância económica, social, cultural, política e ideológica da ação do movimento associativo nas respetivas localidades. A importância das Coletividades de Cultura e Recreio, dos Clubes e Associações Desportivas, das Associações Humanitárias de Bombeiros, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, das Associações de Desenvolvimento Local, das Associações Ambientalistas e de Defesa do Património, do Movimento Associativo de Pais, das Associações de Juventude e de muitas e muitas outras formas de associação pelos mais diversos objetivos.

Trata-se duma gigantesca rede social de milhares de associações, de centenas de milhares de dirigentes ativistas, de milhões de associados, de muitos milhões de euros movimentados de receitas próprias ou outras, resultantes de apoios do Estado, da União Europeia ou de privados.

Em muitos casos verifica-se que uma associação tem orçamentos muito superiores ao da freguesia em que se insere, e grupos de associações têm orçamentos largamente superiores ao do Município onde desenvolvem a sua atividade, somando a esta força económica um peso social e político por vezes decisivo, a nível local.

Ignorar esta forma de exercício de poder a nível local, não participar nem intervir nele, não o conhecer nem acompanhar de perto o seu desenvolvimento pode ser fatal para qualquer projeto que tenha como objetivo a solução dos problemas das populações através do exercício do poder local.

INtErvenção

TERESA VICENTE

PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE PALMELA

CONGRESSO
"DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO"

O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO, O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Não podia ser mais oportuno o momento escolhido para esta reflexão, exatamente quando se comemora o quadragésimo aniversário do 25 de Abril, da Liberdade e de uma promessa de Desenvolvimento e de Democracia.

O Concelho e o Município Loures que acolhe a iniciativa são também uma referência e símbolo do tema. Terra de liberdade, de resistência e luta pelo progresso, de trabalho e produções variadas, de um associativismo com raízes sociais e culturais profundas, enfim, de um Poder Local Democrático com fortes tradições, pioneiro em muitos domínios, como a cultura e o desporto, passando pelas atividades económicas e pela criação de infraestruturas e serviços públicos inovadores.

Sabemos que o papel das autarquias é hoje mais difícil, mas também sabemos que Loures ganhou recentemente um novo alento na missão de prosseguir o Desenvolvimento feito com e para as Pessoas!

Perante o desafio para uma reflexão sobre a experiência vivida, uma primeira ideia a partilhar será a de que os processos de desenvolvimento local são sempre fruto da ação e da interação de múltiplos atores locais, desde as Instituições Particulares de Solidariedade Social às empresas privadas, dos sindicatos às associações de variado tipo. Por dever institucional e direito democrático, às instituições públicas político-administrativas, em particular ao poder local, cabe promover, coordenar e regular esse desenvolvimento, em estreita sintonia com a vontade das populações.

O próprio processo da ação política, em sentido mais estrito, deve ser participado e em interação permanente com a sociedade, vista como um todo, mas tendo em atenção as singularidades e especificidades das respetivas comunidades. É o que acontece, por exemplo, aquando das discussões sobre a elaboração ou revisão de Planos Diretores Municipais e outros instrumentos de Ordenamento do Território, ou acerca dos Planos de Atividade e dos Orçamentos, ou dos diversos tipos de Planos Estratégicos e de Ação Local, como o Fórum da Cultura, Fórum do Desporto, Fórum Social, os Conselhos Locais e a sua e(in)volução para Conselhos Municipais (em resposta à legislação), só para referir alguns dos exemplos vividos em Palmela.

Para quem leva a política a sério e é sério na política, a qualificação das pessoas para a intervenção e participação, com vista a uma cidadania plena, deve ser preocupação permanente. A partilha da informação, o domínio de alguns conteúdos específicos, a identificação dos espaços de participação, a clarificação de metodologias de trabalho inerentes à gestão da "coisa pública", são algumas das formas mais elementares de contribuir para a transparência na governação local.

E nesse processo coletivo de construção das dinâmicas de desenvolvimento é justo destacar o Movimento Associativo, particularmente o de caráter popular.

"Os movimentos sociais já demonstraram, no passado recente, e um pouco por todo o lado, **a sua capacidade para mobilizar centenas de milhares, se não mesmo milhões de pessoas..."**

É imperioso e urgente, nos tempos difíceis que coletivamente atravessamos, ter presente que não há democracias autênticas sem a efetiva e consequente participação popular, nas suas diversas formas possíveis.

Por isso se torna incontornável o papel de um poder local de proximidade, que, pugnando pela satisfação dos direitos das populações e satisfazendo as suas necessidade fundamentais nos domínios que lhes estão atribuídos, contribua, também, para a luta por uma rutura com o atual estado das coisas. E é por isso que, em certos níveis do poder político, tanto se deseja a inoperância, a alienação e o afastamento das autarquias. Para esses, e para os interesses económicos e financeiros que representam, seria mais vantajoso manter as populações, além de exploradas, indiferentes e confusas.

Mas as políticas públicas e os políticos que as pensam e executam não são todos iguais!!!

Pensamos que tem sentido afirmar aqui uma segunda ideia. A de que um movimento social é uma ação coletiva que visa a mudança de certas orientações maiores que geram oposição e rejeição numa determinada sociedade. Mas, também eles não são todos iguais. Dependem, desde logo, das orientações que se querem alterar.

Se um movimento social implica, como defende A. Touraine, a convergência de três princípios, o de identidade, o de oposição e o de totalidade,

então um movimento que não sabe para onde vai poderá ter muita mobilidade mas a sua viagem será penosa e infrutífera.

Os movimentos sociais já demonstraram, no passado recente, e um pouco por todo o lado, a sua capacidade para mobilizar centenas de milhares, se não mesmo milhões de pessoas, para lutas mais ou menos consistentes, com alguns êxitos alcançados contra injustiças, tiranias, obscurantismos, ditaduras financeiras, etc. Contudo, a realidade comprova que os movimentos sociais, quando apenas baseados na mobilização através das redes de comunicação eletrónica, não conseguiram, por maior que fosse a projeção mediática alcançada, manter os impulsos iniciais, tornando-se inconsequentes, ou mesmo imprudentes.

E, em certos casos, os movimentos sociais até são artificialmente estimulados por valores retrógrados, antidemocráticos e mesmo criminosos. Vejam-se os casos da Ucrânia e da Venezuela. Para não falar já do mais distante no tempo exemplo do Chile onde as forças mais retrógradas vieram "para as ruas manifestarem-se".

É, portanto, necessário ter presente que as "redes de indignação e esperança", defendidas por alguns teóricos (M. Castels, por exemplo) não chegam para transformar o mundo! Nem podem ser vistas como panaceia para os conflitos de classe e arma de arremesso contra os interesses do capitalismo financeiro. Apesar, e não obstante, todas as conquistas da ciência e da técnica! Porque, apesar da modernidade e da mudança, há contradições insanáveis porque representam oposições irredutíveis. Por exemplo, entre o capital e o trabalho. E não há Internet que resolva esta questão.

Não se deve, assim, confundir uma ação coletiva, por si só e por muito impacto que tenha, com um movimento social.

Daí, também, a importância daquilo que hoje aqui analisamos e saudamos: o Movimento Associativo.

A sua capacidade organizativa, a sua estruturação coerente em torno de fins claros e objetivos, a procura de respostas a problemas sociais, culturais e económicos das comunidades e ainda a sua visão de transformação da

sociedade (especialmente quando falamos do movimento sindical) são valores fundamentais e perenes.

E aqui tem sentido sublinhar a terceira ideia que procuramos afirmar nesta comunicação. A de que o Movimento Associativo de que falamos e que assume, frequentemente, entre outras, funções de promoção do convívio e da participação social; da vivência em comunidade; da ocupação dos tempos livres; de difusão da cultura e de promoção do desporto; de preservação da identidade, raízes e tradições é um incontornável agente de Desenvolvimento em qualquer território!

Sabemos que os estudos acerca do Movimento Associativo popular identificam com rigor várias fases no seu desenvolvimento, que podem explicar-se pela própria dinâmica da nossa História. Mas sabemos também que a sua história, para além de responder a necessidades concretas das comunidades humanas, está profundamente relacionada com o valor da LIBERDADE.

Ou seja, o Movimento Associativo de carácter popular em Portugal surge intimamente ligado à instituição da DEMOCRACIA (ou pelo menos a momentos históricos em que os valores se aproximam, como por exemplo, a Revolução Liberal e posteriormente a I República), como forma de organização do Estado, como conquista de um povo (como valor superior inalienável) e como forma prática de organização e funcionamento da própria comunidade associativa.

O exemplo de Palmela é o de um concelho com mais de oitocentos anos de História e portanto terreno fértil para o estudo da história do associativismo em Portugal, na medida em que mantém em atividade, para além da Misericórdia, com cerca de 470 anos, várias coletividades centenárias – Sociedade Loureiros, com 162 anos, Sociedade Humanitária, 150 anos, e Sociedade Filarmónica União Agrícola PN (ligada à grande Casa Agrícola de Rio Frio), com 118 anos.

Antes de 1974 existiriam em Palmela cerca de 26 associações de cultura, desporto e recreio, genericamente falando. Depois do 25 de Abril, até hoje, terão nascido mais de 70 associações, sendo que o período de maior incidência se verificou sobretudo na década de 2000. Influência,

provavelmente, das exigências técnicas e legais que implicavam o registo das pessoas coletivas, mas também, admitimos, fruto da consolidação de décadas de políticas municipais que, com transparência e com a criação de instrumentos de regulação para atribuição de apoios, estimulavam a participação e a organização associativa entre as pessoas! E esta é uma relação objetiva entre Poder Local Democrático e Associativismo e, pode-se acrescentar, DESENVOLVIMENTO!

Um projeto de Desenvolvimento Local, assente no imperativo da educação para a participação, para a cultura, para a música, para o teatro, para a arte, para o desporto, para a cidadania plena, implica ir além da relação, ou mesmo da cooperação, limitada a respostas e apoios pontuais a solicitações das associações e coletividades; implica trabalhar numa cooperação mais profunda e orientada por políticas (públicas) municipais de Desenvolvimento Local e de transformação social, política e económica da nossa sociedade, assentes, designadamente, em regulamentação municipal (Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo de 2002), no apoio à formação específica, na elaboração de planos de ação, no estabelecimento de protocolos e contratos-programa, apenas para referir alguns exemplos. E este é o salto qualitativo que se impõe naquela relação triangular, com vista à transformação social, política e económica da nossa sociedade. Não é possível, é certo, ignorar as dificuldades experimentadas pelo movimento associativo. Tanto do ponto de vista da participação dos associados como quanto ao estatuto do dirigente associativo – as exigências legais e o aumento da responsabilidade, por um lado, as condições de vida objetivas, com o brutal crescimento do desemprego, e do emprego precário, o alargamento e desrespeito pelos horários de trabalho, a perda nos salários e pensões, as horas despendidas em deslocações, por outro lado – dificultam a mobilização de novos dirigentes e desertificam direções ou perpetuam os mesmos.

Mas incontornável será também a conclusão de que a necessidade de transformação da sociedade em que vivemos, com a conquista e defesa dos direitos fundamentais e da LIBERDADE efetivos, com o aprofundamento e qualificação da nossa DEMOCRACIA, só será possível através do reforço da afirmação do MOVIMENTO ASSOCIATIVO, em estreita ligação com o PODER LOCAL DEMOCRÁTICO e com os ideais do 25 de ABRIL.

RECENSÃO CRÍTICA

RUI PINHEIRO

SOCIÓLOGO
E DIRIGENTE ASSOCIATIVO

CONGRESSO
“DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO”

UMA LEITURA DO CONGRESSO “DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO” E ALGUMAS IDEIAS

Impõe-se que se diga, antes de mais e para efeitos de enquadramento, que não se esteve presente, nos trabalhos do Congresso. Logo, a passagem que aqui se faz pelos respetivos painéis e temas, bebe nas apresentações escritas feitas pelos convidados a que se teve acesso, mas não beneficia dos debates realizados e das opiniões de todos os participantes.

Democracia e Associativismo deveriam ser, provavelmente, conceitos subsidiários. Não apenas num quadro teórico de estudo e conceptualização, mas exatamente no domínio operativo, político, cultural e institucional. Não nos parece que esteja, agora, nesse estádio de amadurecimento, comunhão e inter-relação.

O Congresso "Democracia e Associativismo" realizado em Loures, em 5 de Abril passado, numa parceria entre a Câmara Municipal de Loures e a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, encontra forte fundamentação para a sua realização, justamente porque, provavelmente, se reconhece que a imbricação entre Democracia e Associativismo é hoje muito menos efetiva do que o que seria de esperar, 40 anos após o 25 de Abril, data ímpar nacional, que o Congresso também assinalou e celebrou.

É certo que o fenómeno associativo beneficia substancialmente de um quadro de vigência democrática para se desenvolver, mas não é menos certo que a vitalidade do associativismo conseguiu romper e florescer em determinadas circunstâncias, mesmo nas condições adversas de ditadura, obscurantismo, autoritarismo e repressão. Vários intervenientes no Congresso mostraram-no com propriedade.

Quando a democracia está ausente ou comprometida, tende a instalar-se um associativismo de resistência, como também foi referido e demonstrado.

As circunstâncias democráticas, a qualidade da democracia e/ou a sua "crise", justificam plenamente a apreciação, a reflexão e, melhor ainda, a elaboração de propostas visando o aprofundamento da democracia e o desenvolvimento do associativismo, atuando conjugadamente.

Como bem foi assinalado no Congresso, *as associações voluntárias, ao incitarem os cidadãos para a participação na vida pública e política, favorecem o escrutínio político dos detentores do poder pelos cidadãos*.

Neste quadro, tem sido e certamente continuará a ser, relevantíssimo, o papel do Poder Local a quem, como se disse no Congresso, *cabe promover, coordenar e regular o desenvolvimento local em estreita sintonia com a vontade das populações*. Ora, o movimento associativo é indubitavelmente, um parceiro local de primeira grandeza.

Aparentemente, pelo que nos é dado a perceber das intervenções produzidas pelos principais oradores dos vários painéis, houve contributos sólidos de caracterização do atual estado do associativismo, alguns – atrevo-me a dizer, pouco esclarecidos – quanto à "qualidade da democracia", mas há que destacar que em nenhum caso se vislumbram propostas de ação que impulsionem o binómio democracia-associativismo.

Uma das hipóteses que levantamos, desde já, é a de que nas últimas dezenas de anos democracia e associativismo tenham iniciado um lento, mas persistente processo de "afastamento" para esferas autónomas, como se uma e outro não estivessem definitivamente comprometidos pelas suas origens e razão de ser. Mesmo os convidados do Congresso abordaram as problemáticas em torno da "Democracia" e do "Associativismo" à vez e quase sempre "separando águas".

Sobre alguns aspetos, parece estar gerado consenso, pelo menos entre os participantes do Congresso "Democracia e Associativismo", embora se possa presumir que ele seja bastante mais alargado:

- A democracia portuguesa acantona-se progressivamente num conjunto de pressupostos formalistas, numa institucionalização oficialista e ritualista, decaindo em espontaneidade, criatividade e envolvimento cidadão;
- O movimento associativo, especialmente, o de raiz popular, foi durante o fascismo, em Portugal, um importante e decisivo foco de resistência e constituiu-se como um fulcral instrumento portador de esperança para a conquista da liberdade, da democracia e do progresso;
- A participação e envolvimento dos indivíduos nas associações proporciona-lhes a oportunidade de contactar com valores cívicos, com os mecanismos de construção democrática das decisões, com a partilha de opiniões diversas e cooperação multifacetada, com sucessos e insucessos, questionamentos e incertezas, que os podem habilitar a uma vida social mais rica e plena, a uma maturidade mais informada, livre e construtiva;
- Após 25 de Abril de 1974, o fenómeno associativo cresceu, intensificou-se e diversificou-se e tem tido, nas últimas 4 décadas, outras e novas expressões, acompanhando rumos e mudanças sociais;
- Há um reconhecimento constitucional inquestionável do papel a desempenhar pelo associativismo, pela livre associação dos indivíduos, na construção, consolidação e desenvolvimento da democracia.

Tudo indica que à parte os aspetos antes referidos, nada mais resultou das intervenções produzidas, em que possa reconhecer-se uma base comum de interpretação das atuais circunstâncias e contexto, quer do movimento associativo, quer do "estado" da democracia portuguesa e, de todo, se encontram propostas de estímulo e metodologias de aprofundamento da interação entre democracia e associativismo.

Por outro lado, julgamos que não será difícil admitir que se pressentiu ainda no Congresso a predisposição para que se possa concordar com outros dois aspetos não aludidos por todos:

- A importância crucial e decisiva do Poder Local, para a sobrevivência, sustentação ou desenvolvimento do movimento associativo em geral e, sem o qual, algumas das expressões associativas, já teriam entrado em extinção;
- A inquietação latente com a eminência de um refluxo massivo na riqueza da intervenção e capacidade de atração do movimento associativo, especialmente, o de raiz popular, e com potenciais degenerescências dos seus formatos mais nobres, dos seus valores mais profundos e das suas práticas mais democráticas.

No que respeita aos imensos vetores biunívocos que ligam o Poder Local Democrático e o Movimento Associativo, justifica-se reflexão própria e, se calhar, vários momentos de reunião, para passar em revista, tantos e tantos temas comuns e merecedores de desenvolvimento e enriquecimento.

Evidentemente, entre tais denominadores comuns, importa que avulte a questão central "democracia-associativismo". Seja na reflexão comum a fazer, mas sobretudo, no que concerne a uma prática corrente de transparência, frontalidade, cooperação, debate e entendimento.

Numa matéria em particular, em prol da democracia, da participação e do desenvolvimento, será necessário que Poder Local e Movimento Associativo se devam entender e cooperar, que é o do papel a desempenhar pelo Estado, pela Administração Central e pelos agentes políticos de expressão nacional. É que as prerrogativas constitucionais existem, a legislação existe, as obrigações formais e até morais existem, mas o Estado, representado pelos Governos e pelas maiorias políticas no Parlamento, têm-se subtraído olimpicamente às suas responsabilidades e atribuições, vertendo quase exclusivamente para os órgãos do poder local a relação com o movimento associativo, numa via de, quase sempre, conceder todos os apoios.

Em muitos casos, certo poder local, acatou essa desresponsabilização como oportunidade de reforço da sua influência, quando não mesmo para tentativas objetivas e subjetivas de instrumentalização. Por seu lado, algum do movimento associativo, abdicou das suas possibilidades reivindicativas e da sua verticalidade democrática, para se submeter a uma ação de subserviência e transigência, por

"A origem, génese e tradição do associativismo em Portugal **é profundamente meritória e honrosa, mas o tempo não volta atrás."**

expectativa de apoios mais generosos ou de favorecimento desse tipo de poderes locais.

Trata-se de uma perversão democrática que talvez precise ser estancada e erradicada, lá e quando surge - quer de um lado, quer do outro - porque sendo certo que pode traduzir-se nalguns resultados quanto aos interesses mais imediatos das partes, mas a prazo asfixiam a liberdade e a participação, comprometem valores elementares e empobrecem a democracia.

Não obstante estes epifenómenos menos abonatórios e perniciosos, no geral, a vitalidade do associativismo articula-se com o Poder Local Democrático e, provavelmente nesta relação de base local, se jogam as possibilidades futuras do aprofundamento da democracia e participação, da intervenção sociopolítica das populações e o desenvolvimento das comunidades e do país.

As preocupações quanto ao enfraquecimento do movimento associativo popular, em especial, têm razão de ser. O progresso das injustiças, a elevadíssima taxa do desemprego, as tentativas de desarticulação do ensino público, os cortes de salários e pensões, as inquietações quanto ao futuro, atuam como um rolo compressor que esmagam os indivíduos nas suas preocupações quotidianas de sobrevivência, indisponibilizando-os para uma participação social e associativa mais efetiva.

Esta dura realidade, a par de outros fenómenos em curso na sociedade contemporânea, são um obstáculo ou bifurcação para milhares de cidadãos. Será de admitir um cenário de verdadeira castração da participação social, se não houver o ânimo e o engenho, para contrariar, combater e iludir as dificuldades que se apresentam.

As novas expressões associativas, que foram e bem, referenciadas no Congresso, para além de refletirem formas de (re)organização dos anseios e aspirações de populações ou de alguns dos seus extratos, revelam uma emanante vontade de participação e envolvimento que se vai renovando, embora sob novos formatos, metodologias e até durações. Por vezes, juntam os indivíduos apenas em torno de objetivos concretos de curta e média duração, mas que acabam por confirmar algum interesse em mecanismos de participação cidadã, de voluntariado e até solidariedade.

Abrir novos horizontes no associativismo e na democracia portuguesa é uma missão complexa, dependente de inúmeros fatores, mas diz com razão o povo que *se não se consegue comer inteiro, pois que se coma às postas...*

O Congresso "Democracia e Associativismo" pode bem ser um ponto de partida, com base nas reflexões a que deu início e que importará, provavelmente, prosseguir. Debater as relações "Estado Central – Movimentos Associativos" (está dito no plural propositadamente); as relações "Poder Local Democrático – Associativismo" e "Movimento Associativo Popular – Associativismos", são ideias que se deixam para um eventual amplo debate, que parece justificar-se desencadear. Com brevidade, mas sem urgência, com determinação mas tranquilo, cuja orientação seja perspetivar caminhos de futuro.

A origem, génese e tradição do associativismo em Portugal é profundamente meritória e honrosa, mas o tempo não volta atrás. Um passado relativamente longínquo, talvez heroico até, não é hoje a principal força motriz de atração das novas gerações para a ação associativa, a participação e a democracia.

É talvez tempo de recriar, reinventar e retomar a ofensiva, superando-se a fase de resistência, resiliência e expectativa que tem marcado o movimento associativo, especialmente o de raiz popular e as suas componentes federativas, nas derradeiras dezenas de anos.

Para lá do Estado Central ou do Poder Local, na sociedade e nas comunidades, o Movimento Associativo tem um espaço próprio, uma legitimidade popular inegável, um reconhecimento inquestionável, uma capacidade ímpar, uma imensa diversidade, um dinamismo insofismável e poderosas potencialidades.

Precisa esperar por alguém para agir, intervir e ser impulsionador do seu próprio destino e, fazer-se agente de uma democracia participada, genuína, criativa?

No Congresso, foi apresentada uma proposta de segmentação do Associativismo, que se pode acolher para efeitos de enquadramento teórico e permitir uma perceção comparativa com as realidades de outros países e no espaço europeu. Quer parecer-nos, contudo, que num plano operativo e de intervenção, pode não ser a mais adequada por não se ajustar completamente à realidade portuguesa e talvez menos ainda num sentido de fortalecimento das valências da democracia e do associativismo.

Importa reconhecer a existência associativa em torno dos interesses empresariais e/ou financeiros, por exemplo, mas simultaneamente que tal "associativismo" tem um carácter bem distinto e, objetivos as mais das vezes opostos e contraditórios com o restante movimento associativo relevante para a participação popular e o fomento democrático.

Também o associativismo religioso se nos afigura pouco pertinente para uma interpretação da realidade associativa, em Portugal ou onde quer que seja, dada a especificidade das motivações e propósitos que envolvem esse tipo de associativismo tão específico. De resto, a relação da crença e do dogma com a democracia, daria *pano para mangas*, seguramente.

Feitas estas observações, atrevemo-nos a lançar para debate algumas ideias, certamente, modestas, eventualmente óbvias, por ventura desadequadas, mas que não se percebeu estarem em apreciação ou em prática.

IDEIAS (AINDA NÃO DEBATIDAS) EM ORDEM AO REFORÇO DO ASSOCIATIVISMO E DA DEMOCRACIA PORTUGUESA

Tudo indica que é globalmente reconhecido um enfraquecimento do nível de participação, seja ativo, seja passivo, nas associações. Questionamo-nos se não se justificariam ponderar as ações adiante descritas com os objetivos que se identificam:

- As associações promoverem as alterações estatutárias necessárias em ordem a acolherem a possibilidade de todas as crianças nascidas, filhas de associados, serem automaticamente consideradas associadas especiais (sem joias, sem quotizações e sem deveres e direitos idênticos aos demais associados) até que atinjam a idade própria (16 anos?) para fazerem a sua opção de se manterem associados ou prescindirem dessa qualidade.
    - Esta medida, parece suscetível de estabelecer uma ligação imediata da criança com a(s) associação(ões) da sua terra e promover um elo, por ventura, perdurável, incrementando o número de associados e alargando a base de recrutamento futuro para uma participação associativa ativa;

- Fomentar nas associações o princípio dos Planos de Atividades e Orçamentos participados.
    - É conhecido que as Assembleias Gerais menos participadas das associações são aquelas que tratam os Planos de Atividades e Orçamentos e os Relatórios e Contas (a menos que haja algum condimento especial que mobilize as atenções).
        - :: Em parte substancial, tal pode ficar a dever-se ao facto de, em regra, as Direções e os Conselhos Fiscais não debaterem previamente com os associados, as opções a fazer em cada ano, as prioridades de ação e os recursos a afetar. Os PA's e Orçamentos tendem a ser um processo "fechado" onde a Direção prepara uma proposta que submete a Assembleia Geral, esperando-se uma mera aprovação ritual;
        - :: Elaborar tais documentos de forma participada e dinâmica, seguramente, que reforça a identificação de cada associado com os propósitos coletivos, impulsiona a legitimidade das decisões e opções, incrementa a participação individual e a democracia interna, habilitando até, cada um, a interpretar e perceber os documentos desta natureza, que tanta gente diz não entender;

- Desafiar o movimento associativo a prever estatutariamente o desenvolvimento complementar dos seus órgãos sociais, instituindo Conselhos Consultivos.
    - O desígnio será o de alargar a participação, a democracia interna e o envolvimento de cada vez mais associados, aproximando-os da gestão e preparando-os para a assunção futura de papéis dirigentes nos restantes órgãos sociais;

- Estimular o Movimento Associativo Popular (MAP) a abrir-se para outras áreas de ação e interesse das novas gerações.
    - É evidente que cada Associação se formou em torno de interesses e objetivos próprios, definidos pelos seus fundadores, que os projetaram para a comunidade e obtiveram maior ou menor adesão dos conterrâneos ou cointeressados em partilhar propósitos e ação comum;
    - Não é menos verdade, que se vão sucedendo as gerações e, na maioria dos casos, não voltaram a ser questionados os fundamentos programáticos da existência daquela associação, quer se revele ativa, dinâmica e atraente, quer se mostre em dificuldades ou em acentuado declínio;
    - Sem que se defenda que todos devem fazer tudo, somos de opinião que aos primeiros sinais fortes (não apenas conjunturais ou passageiros) de dificuldade em constituir órgãos sociais, em desenvolver atividades que interessem os associados e a comunidade próxima, em dispor de recursos mínimos para suportar as elementares despesas de subsistência, haverá que equacionar o leque de atividades desenvolvidas e "investir" naquelas que sejam suscetíveis de interessar e atrair as novas gerações, sem prejuízo dos valores e objetivos da matriz fundadora;
    - Há hoje novas expressões culturais, recreativas e desportivas que mobilizam milhares de portugueses pelo país todo. Formam-se grupos formais e informais, emergem novas associações para atividades específicas. Porque não podem as associações mais antigas e "tradicionais" acolherem esses novos movimentos e interesses?
    - Julgamos ser de ponderar por aquelas associações que já encontram dificuldades, mas também por aquelas que tenham o ímpeto de prevenirem dificuldades de afirmação e mesmo de futura sobrevivência. A sociedade e a vida mudam e o movimento associativo popular tem de interpretar as mudanças sociais e continuar a ser protagonista, recusando um papel de mero espectador.

- No plano organizativo geral e federativo, mas na mesma linha de raciocínio, temos a ousadia de convidar à ponderação da evolução da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) para uma Confederação do Associativismo (CONFASS).
    - Visando acolher no seu seio novas expressões associativas nos domínios do património, naturismo, ambiente, solidariedade, montanhismo, cidadania, etc. etc.;
    - Reforçando o peso nacional e representatividade da Confederação em ordem ao seu definitivo reconhecimento como parceiro social;
    - Estruturar a sua organização interna, não apenas no padrão vertical: coletividade-associação regional-federação-confederação, mas também numa estruturação horizontal que se organize por áreas de ação/atividades, como uma Secção de Bandas e Escolas de Música, uma Secção de Ranchos Folclóricos e Danças Populares Tradicionais (albergando expressões de dança dos PALOP's por exemplo), uma Secção de Clubes de Ambiente e Natureza, uma Secção de Associações de Defesa do Património e as demais que se justificarem;
    - Enfim, fortalecendo e ampliando a noção de movimento associativo popular, porque popular são aquelas e também muitas outras iniciativas dos cidadãos que, sem agrupamento formal, praticam caminhadas, cicloturismo, visitas organizadas e desenvolvem outras atividades mais, fora do contexto associativo institucionalizado.

- Constituir o Parlamento Associativo Português, com um número de representantes a eleger para cada sessão ou plurianual, idêntico ao do da Assembleia da República (230 deputados), que reúna regularmente (anual?, semestral?), debata e coloque na ordem do dia as matérias associativas que a todos interessam, mas que o poder central faz por escamotear, omitir e ignorar.

Eis pois a apreciação a que nos permitimos e um pequeno conjunto de ideias que esperemos possam contribuir para o debate sobre o que fazer, no atual quadro, para impulsionar o associativismo, qualificar a democracia e os encaminhar para uma profícua inter-relação.

CONDIÇÕESPARA**SUBMISSÃO**

1 ¬ *"Tema em destaque" e "Estudos universitários"*

Podem ser apresentados estudos para publicação em qualquer das seguintes secções: *"Tema em destaque"* e *"Estudos Universitários"*.
Próximo tema em destaque (*Análise Associativa* de 2015, a publicar em novembro de 2015): O ASSOCIATIVISMO E O ESTADO SOCIAL.

2 ¬ Normas para os autores

1 · Os artigos deverão ser escritos em língua portuguesa.
2 · A contribuição deve ser original e inédita.
3 · O artigo deverá principiar por um sumário contendo as divisões e subdivisões.
4 · O texto deverá ser apresentado em formato *word*, fonte *Times New Roman*, letra 12, espaçamento 1,5.
5 · As notas de rodapé serão igualmente em fonte *Times New Roman*, letra 10, espaçamento simples.
6 · As figuras e tabelas deverão ser inseridas no texto e não no final do documento, como anexos.
7 · Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos conferem à *Análise Associativa* o exclusivo do direito de publicação sob qualquer forma e receberão cinco exemplares da Revista.

3 ¬ Contactos para submissão

cpccrd@confederacaodascolectividades.com
ou smpratas@gmail.com

A *Análise Associativa* terá, assim, dois objetivos centrais, já (de algum modo) enunciados. Pretende-se contribuir para uma maior visibilidade do movimento associativo "de integração social" e do trabalho por este produzido, sobretudo em Portugal. Esse é um primeiro objetivo assumido. Pretende-se, em segundo lugar, contribuir para a produção e divulgação de conhecimento científico sobre as associações "de integração social".

Sérgio Pratas

Edição patrocinada por

Montepio